



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

NADYEGIDA BARBOSA DO RÊGO

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM BASE NA SUSTENTABILIDADE:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROJETO COSTURANDO O FUTURO NO
MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE

FORTALEZA

2023

NADYEGIDA BARBOSA DO RÊGO

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM BASE NA SUSTENTABILIDADE: UM
ESTUDO DE CASO SOBRE O PROJETO COSTURANDO O FUTURO NO MUNICÍPIO
DE FORTALEZA/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Verônica Salgueiro do Nascimento.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R268a Rêgo, Nadyegida Barbosa do.
Avaliação de políticas públicas com base na sustentabilidade: um estudo de caso sobre o Projeto Costurando o Futuro no município de Fortaleza/CE / Nadyegida Barbosa do Rêgo. – 2023.
101 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento.
1. Avaliação de políticas públicas com Base na Sustentabilidade (ABS). 2. Projeto Costurando o Futuro.
3. Inclusão produtiva. 4. Economia circular. 5. Bairro Bom Jardim. I. Título.

CDD 320.6

NADYEGIDA BARBOSA DO RÊGO

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM BASE NA SUSTENTABILIDADE: UM
ESTUDO DE CASO SOBRE O PROJETO COSTURANDO O FUTURO NO MUNICÍPIO
DE FORTALEZA/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Aprovada em 30/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Verônica Salgueiro do Nascimento (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Suely Salgueiro Chacon
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Victória Régia Arrais de Paiva
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Aos meus pais, Vitória e Evaldício.

AGRADECIMENTOS

Ao Padre Cícero Romão Batista a quem pedi no horto da cidade de Juazeiro do Norte pela oportunidade de cursar mestrado na UFC.

Ao meu marido Victor, que desde o primeiro dia em que decidi cursar mestrado segurou minha mão, aliviou frustrações e abraçou felicidades. Registro aqui minha imensa gratidão pelo amor que recebo todos os dias, há quase 10 anos. Victor é o vento Aracati e o chão do litoral leste para mim. Eu te amo.

Aos meus pais, que, apesar de todas as nossas dificuldades financeiras, durante a escrita desta dissertação, conquistaram nosso maior sonho: nossa casa própria. Costumo me repetir uma frase: “Eu vim do amor e para ele eu sempre retorno”. Obrigada, papai e mamãe.

Às minhas irmãs, Virgínia, Gabrielly e Priscila por fazerem parte do imaginário desta pesquisa e serem guardiãs da linha do tempo que me constrói todos os dias.

À Isadora e à criança que está sendo gerada em Priscila, pois nelas Deus depositou o milagre da vida e da esperança, os amo com todo o meu coração.

A John e Theo por serem o arco da promessa de sermos mortais e incríveis.

Aos meus tios e primos, em especial, ao meu padrinho e tio Laércio por quem herdei o amor pelo pensamento crítico e social da vida coletiva.

Aos meus avós, Antônio, Francisco, Juracy e Raquel. Minhas avós eram costureiras por necessidade e pelo milagre da criação, alimentaram filhos e netos.

À Prof^a. Dr^a. Verônica Salgueiro do Nascimento, pela orientação desta dissertação.

Às professoras participantes da banca examinadora Prof^a. Dr^a. Suely Salgueiro Chacon e Prof^a. Dr^a. Victória Régia Arrais de Paiva pelas valiosas colaborações e sugestões.

À Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, por conceder informações. Na oportunidade, agradeço à Rosângela Silva, servidora pública tão generosa com as pessoas envolvidas pelo Projeto Costurando o Futuro.

Às costureiras entrevistadas, pelo tempo concedido nas entrevistas.

Aos colegas da turma de mestrado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

Por fim, agradeço à Lana Rodrigues que caminhou comigo, me ouviu, foi profissional e amiga quando eu mais precisei. Gratidão.

“Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias.” (Freire, 1979, p. 25).

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo avaliar a implementação do Projeto Costurando o Futuro e seus impactos enquanto política pública com foco na experiência do ateliê Bom Jardim, em Fortaleza/CE, segundo dimensões de sustentabilidade. O Projeto Costurando o Futuro é uma política de inclusão produtiva da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE), da Prefeitura de Fortaleza (PMF). A autora da pesquisa participou do processo de implementação do Projeto em 2021, acompanhando a execução da política em oito ateliês, incluindo o Ateliê do Bom Jardim, e, em 2023, desligou-se da PMF. Esta pesquisa está situada no contexto socioeconômico vivido por 15 (quinze) mulheres residentes no bairro Bom Jardim. O projeto estudado tem como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento profissional para inserção e reinserção no mundo do trabalho, por meio da utilização de espaços colaborativos nos equipamentos da PMF, promovendo a inclusão socioprodutiva de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade financeira, além de fortalecer a economia local. Metodologicamente, a pesquisa possui natureza qualitativa, para a qual os procedimentos de coleta seguiram a triangulação de dados a partir de pesquisa bibliográfica, documental e da realização de entrevistas, enquanto a análise dos dados seguiu a perspectiva da Avaliação de Políticas Públicas com Base na Sustentabilidade (ABS). A estruturação do texto inicia com reflexões acerca da articulação entre as searas ambiental, social e econômica, compreendendo as dinâmicas em âmbito global que geram repercussões para o local, trazendo, na abordagem, questões jurídicas internacionais, aspectos teóricos sobre inclusão produtiva, economia circular e desenvolvimento sustentável. Na sequência, alinham-se as políticas públicas como instrumentos promotores de direitos, ressaltando a questão de gênero, em especial, o feminino, e traz-se o Projeto Costurando o Futuro como estudo de caso em razão do contexto socioeconômico das comunidades beneficiadas, sendo o Bairro Bom Jardim o recorte escolhido frente ao nível de vulnerabilidade apresentado, e da participação expressiva de mulheres. Encerrando, expressa-se, enquanto resultado e discussão, a aplicação da Avaliação de Políticas Públicas com Base na Sustentabilidade (ABS) no Projeto Costurando o Futuro. Verificou-se, em relação aos objetivos pretendidos, que a implementação do projeto contribuiu para redução de parte da vulnerabilidade vivenciada por mulheres no bairro Bom Jardim em maior escala do que a própria promoção de inclusão produtiva, sendo percebido o empoderamento feminino a partir das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos, considerando o tempo de execução da política pública. Conclui-se que, muito embora existam desdobramentos positivos no que tange ao projeto mencionado, nas quatro dimensões da ABS que envolvem a participação

social, minimização de danos à natureza, solidariedade e redução de desigualdades, ainda são percebidos pontos críticos que necessitam de adaptação pelo poder público em parceria com a sociedade para mudanças mais eficazes, de modo a contribuir para o exercício de direitos pelos moradores das comunidades assistidas.

Palavras-chave: Avaliação de políticas públicas com Base na Sustentabilidade (ABS); Projeto Costurando o Futuro; inclusão produtiva; economia circular; Bairro Bom Jardim.

ABSTRACT

The aim of this study was to evaluate the implementation of the Stitching the Future Project and its impact as a public policy, focusing on the experience of the Bom Jardim workshop in Fortaleza, according to sustainability indicators. The Stitching the Future Project is a productive inclusion policy of the Municipal Secretariat for Economic Development (SDE) of the Fortaleza City Council (PMF). The author of this research took part in the project's implementation process in 2021, monitoring the implementation of the policy in eight workshops, including Ateliê do Bom Jardim, and in 2023 she left the PMF. This research is situated in the socio-economic context experienced by 15 (fifteen) women living in the Bom Jardim neighborhood. The aim of the project studied is to provide professional training for insertion and reinsertion into the world of work, through the use of collaborative spaces in PMF facilities, promoting the socio-productive inclusion of people who are in a situation of financial vulnerability, as well as strengthening the local economy. Methodologically, the research is qualitative in nature, and the data collection procedures followed the triangulation of data based on bibliographical and documentary research and interviews, while the data analysis followed the perspective of Sustainability-Based Public Policy Evaluation (SPE). The structuring of the text begins with reflections on the link between the environmental, social and economic spheres, understanding the dynamics at a global level that have repercussions for the local level, bringing in international legal issues, theoretical aspects of productive inclusion, circular economy and sustainable development. Next, we look at public policies as instruments for promoting rights, highlighting the issue of gender, especially women's rights, and we look at the Stitching the Future Project as a case study due to the socio-economic context of the beneficiary communities, with the Bom Jardim neighborhood being chosen due to its level of vulnerability and the significant participation of women. Finally, the results and discussion of the application of Sustainability-Based Public Policy Evaluation (SPE) in the Stitching the Future Project are described. In relation to the intended objectives, it was found that the implementation of the project contributed to reduce some of the vulnerability experienced by women in the Bom Jardim neighborhood on a larger scale than the promotion of productive inclusion itself, with women's empowerment being perceived from the activities developed and the results obtained, considering the length of time the public policy has been implemented. The conclusion is that, although there are positive effects in the mentioned project, in the four dimensions of SPE involving social participation, minimizing damage to nature, solidarity and reducing inequalities, there are still critical points that need to be adapted by the public authorities in

partnership with society for more effective changes, in order to contribute to the exercise of rights by the residents of the assisted communities.

Keywords: Sustainability-Based Public Policy Evaluation (SPE); Stitching the Future Project; productive inclusion; circular economy; Bom Jardim neighborhood.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Territórios consolidados	24
Figura 2 - Taxa de desocupação - classificação por sexo	36
Figura 3 - Taxa de desocupação - classificação por cor ou raça	37
Figura 4 - Informações sobre beneficiários do Bolsa Família	38
Figura 5 - Modelo de transição da economia linear para a circular	39
Figura 6 - Diagrama Borboleta da Economia Circular	40
Figura 7 - Pontuação da cidade de Fortaleza/CE quanto aos ODS propostos pelo Projeto Costurando o Futuro	45
Figura 8 - Registros dos retalhos disponibilizados às costureiras do Projeto - Ateliê Bom Jardim	52
Figura 9 - Ateliê Vicente Pinzon	53
Figura 10 - Projeto Costurando o Futuro	54
Figura 11 - Localização do Bairro Bom Jardim	57
Figura 12 - Entidades no Grande Bom Jardim	60
Figura 13 - Fachada do Jardim Shopping	61
Figura 14 - Áreas mais vulneráveis no território	62
Figura 15 - Características de gênero, faixa etária, estado civil e situação ocupacional das participantes	69
Figura 16 - Dados complementares sobre as participantes	70
Figura 17 - Utilização de resíduos na produção de produtos	72
Figura 18 - Registro local de item produzido com vários retalhos doados ao ateliê	73
Figura 19 - Venda dos produtos e impacto na renda	76
Figura 20 - Evolução dos postos de trabalho na economia	77
Figura 21 - Trabalhadores da economia criativa	77
Figura 22 - Percentual do rendimento médio mensal das mulheres brancas, pretas e pardas em relação ao rendimento médio dos homens brancos - Brasil	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos do desenvolvimento sustentável	32
Quadro 2 - Eixos estratégicos do Plano Fortaleza 2040 e eixos da sustentabilidade	55
Quadro 3 - Localização dos Ateliês do Projeto Costurando o Futuro	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Setores empresariais e vagas de emprego em Fortaleza.....	51
Tabela 2 - Distribuição das vagas ocupadas segundo gênero.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SDE	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico
NBR	Norma Brasileira Regulamentar
UFC	Universidade Federal do Ceará
SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas
trad.	Tradutor

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	METODOLOGIA.....	21
2.1	Descrição do estudo de caso	22
2.2	O território escolhido	23
2.3	Coleta de dados	24
2.3.1	Pesquisa bibliográfica.....	25
2.3.2	Entrevistas	25
2.3.3	Pesquisa documental	27
2.4	Análise de dados.....	27
3	NOVOS CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL: DO PANORAMA GLOBAL AO LOCAL.....	28
3.1	(R)evolução social e ambiental	28
3.2	Compromissos internacionais e a geração de mudanças: Agenda 2030.....	31
3.3	Teoria dos dois circuitos da economia urbana e inclusão produtiva	33
3.4	Economia circular e ecoeficiência nos caminhos da sustentabilidade	38
3.5	Município de Fortaleza: panoramas sobre desenvolvimento sustentável	44
4	DIREITOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS APLICADAS AO PROJETO COSTURANDO O FUTURO	47
4.1	Exercício de direitos via promoção de políticas públicas: um panorama jurídico sobre o empoderamento do gênero feminino	47
4.2	Projeto Costurando o Futuro	50
4.3	O bairro Bom Jardim e o ateliê do Projeto Costurando o Futuro	57
5	AVALIAÇÃO COM BASE NA SUSTENTABILIDADE (ABS)	64
5.1	Dimensão social.....	69
5.2	Dimensão ambiental	72
5.3	Dimensão econômica	75

5.4	Dimensão político-institucional	79
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS.....	85
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	98
	APÊNDICE B – PROPOSTA DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	101

1 INTRODUÇÃO

Com a revolução industrial, pode-se produzir em maior quantidade e lucrar muito. Nesse sentido, foram gerados impactos diretos para a biodiversidade, o solo, a água potável e a relação coletiva no que diz respeito ao convívio em sociedade. Sem perder potencial de predominância, com o passar dos anos, foi-se desenvolvendo também outro modelo de economia no qual os recursos são considerados como parte de um sistema de reaproveitamento, sem que haja perda de valor, durante esse processo de reutilização, nascendo, então, a economia circular.

No Brasil, além da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), legislações infraconstitucionais específicas se debruçam em torno dos temas mencionados de modo a garantir que programas de qualificação profissional, trabalho e renda sejam incluídos nas ações do Estado brasileiro para o combate à pobreza e à miséria.

A partir da Carta Magna, estrutura-se um processo de ampliação de legislações e políticas de proteção social, demarcadas por igual ampliação de intervenção estatal, entre elas, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS -, Lei nº 8.742/93 (Brasil, 1993), que determina proteção social básica e especial para pessoas em situação de vulnerabilidade social no Brasil.

O papel de políticas públicas de enfrentamento à pobreza vai além da normatização legislativa, posto que o perfil de renda do brasileiro, ao lado das condições sociais em que se submete a população mais vulnerável do país, sofre distorções, ao passo que essas percepções avançam pelo Nordeste e, principalmente, por Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

Fortaleza, em 2022, segundo o censo do Programa Nacional de Pesquisas Contínuas por Amostra de Domicílios (IBGE, 2022), possui quase 3 milhões de habitantes, sendo que, desse total, apenas 30,5% da população possui ocupação, ou seja, está trabalhando.

É a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE), segundo o Decreto nº 15.087/2021 (Fortaleza, 2021), que deverá "implementar as ações estratégicas do desenvolvimento econômico auto sustentável, gerenciando processos de promoção ao desenvolvimento e implantação de novos negócios, envolvendo iniciativas de fortalecimento do sistema produtivo formal e informal, de coordenação e execução das ações relacionadas ao Trabalho e à Qualificação Profissional e outras ações voltadas à indução do desenvolvimento econômico do Município".

Com a finalidade de incluir produtivamente a população vulnerável e fomentar a economia local, a Câmara Municipal de Fortaleza promulgou a Lei Ordinária nº 11.322/2022 (Fortaleza, 2022), instituindo o projeto Costurando o Futuro, com a proposta de: a) instalar

espaços colaborativos e promover a reutilização de resíduos têxteis; b) ofertar capacitações direcionadas para economia e finanças solidárias, gestão estratégica, marketing, planejamento, administração de compras, controle financeiro, dentre outros temas; e c) doação de equipamentos de trabalho.

A aprovação da Lei em Fortaleza ressalta a realidade de significativo número de mulheres que, com a Pandemia por Covid-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, tiveram sua principal fonte de renda ameaçada ou colapsada. Compreende-se que as mulheres chefes de família no mercado de trabalho, apesar de serem maioria da população, estão consubstanciadas à sub-representatividade política, à remuneração minorada face à masculina, até 21% menos (DIEESE, 2023).

Nesse contexto, este trabalho avaliou o Projeto Costurando o Futuro, mais especificamente na unidade do Ateliê Bom Jardim, tendo como pergunta de pesquisa: em que medida o Ateliê Bom Jardim do Projeto Costurando o Futuro contribui para promover inclusão produtiva ou economia circular?

É importante mensurar que tanto a promoção de inclusão produtiva quanto a economia circular têm suas limitações, principalmente esta por haver “1 - insuficiência na separação dos resíduos na fonte; 2 - pouca aceitação dos produtos reciclados por consumidores e empresas; falta de investimentos e incentivos políticos e dispersão geográfica para empresas do mesmo ciclo”, segundo o estudo realizado por Andrade *et al.* (2018, p. 15-16).

A premissa da pesquisa é avaliar como o Projeto Costurando o Futuro, dentro do território do Bom Jardim, um dos bairros de Fortaleza que se destaca pelo volume de empreendimentos locais e pela presença de um Centro de Referência do Empreendedor (CRE), promove inclusão produtiva ou economia circular, por meio da Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS), proposta por Chacon (2007) e atualizada por Chacon e Nascimento (2020). A característica primordial da ABS é a interdisciplinaridade, contra hegemônica, e avaliação de cenários reais de inclusão social a partir do conceito de desenvolvimento sustentável.

As dimensões da ABS utilizadas nesta dissertação serão a solidariedade inter e intrageracional; superação da desigualdade em suas diversas manifestações; minimização dos danos à natureza, buscando a Ecoeficiência baseada no princípio da precaução e na prevenção; e democracia participativa e a educação para a paz e para sustentabilidade.

O primeiro contato com o território Bom Jardim, pela autora, aconteceu em 2011, na oportunidade foi realizado voluntariado no equipamento do projeto “ABC – Aprender, Brincar e Crescer”, em que outro Projeto, o Flores do Bom Jardim, iniciativa da Universidade

de Fortaleza (UNIFOR), executava suas ações. O voluntariado ocorreu durante o curso de Direito, na UNIFOR, durante o período em que a autora foi bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Projeto Flores do Bom Jardim foi vencedor do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2010, e tinha por finalidade capacitar profissionalmente mulheres residentes do Grande Bom Jardim (GBJ), com abordagem de resolução pacífica de conflitos.

O encontro com a política pública desta dissertação deu-se em abril de 2021, quando a autora ingressou na SDE, como Coordenadora da Célula Qualificação Profissional (CEQPRO), sob a gestão da Coordenadoria de Gestão Integrada do Trabalho e Qualificação Profissional (COGITQ), sendo a primeira experiência na gestão pública da autora. Na oportunidade, foi informada que havia máquinas de costura paradas em um equipamento da Secretaria. Essas máquinas eram oriundas de gestões passadas, e, a fim de inseri-las em nova política pública, foram realizadas manutenções preventivas e corretivas.

A gestão do Projeto foi realizada sob a referência afetiva de duas avós, Juracy e Raquel, ambas costureiras sem formação. A equipe para gestão de um novo Projeto foi formada com profissionais indicados politicamente, sem a intervenção da autora nesse processo. No mesmo período, a autora já estudava mestrado no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP), da Universidade Federal do Ceará, quando, pela primeira vez, teve contato com a Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS).

Durante a gestão do Projeto, de junho de 2021 a março de 2023, foram instalados 8 (oito) ateliês de costura, sendo o primeiro deles no bairro Bom Jardim, sem intervenção da autora, levando-a, novamente, a um novo encontro e olhar sobre o bairro; foi realizada nova licitação para manutenção de máquinas de costura, em razão do aumento no fluxo de pessoas dentro dos ateliês; um contrato de locação de container foi renovado, da gestão anterior, para instalação de ateliês onde não houvesse equipamento público em espaços movimentados pela população; um edital de licitação para compra de insumos de costura, como linhas, fios, agulhas, entre outros materiais, também foi realizado para auxiliar na produção individual de cada uma das pessoas que passassem pelo Projeto.

Em 2022, foi realizada a instrumentação de projeto de lei para formalização do Projeto Costurando o Futuro, na Câmara Municipal de Fortaleza (CMF), com duas palavras-chaves: inclusão produtiva e ecoeficiência. Despertando à época, na autora, questionamentos pessoais sobre a real aplicação desses dois conceitos pelo Projeto. Após a qualificação desta dissertação de mestrado no PPGAPP, a autora pediu desligamento da Prefeitura de Fortaleza e

decidiu estudar a relação direta entre sustentabilidade, nas suas mais variadas dimensões, e o Projeto Costurando o Futuro.

Nesse sentido, a investigação proposta neste trabalho tem como objetivo geral a avaliação da implementação do Projeto Costurando o Futuro e seus impactos enquanto política pública com foco na experiência do ateliê Bom Jardim, em Fortaleza/CE, segundo dimensões de sustentabilidade. Para chegar a esse resultado, foram delimitados, especificamente, os pontos: identificar a relação entre desenvolvimento sustentável e políticas públicas; compreender como as políticas públicas se alinham com a promoção de direitos e a superação de desigualdades; verificar se o Projeto Costurando o Futuro enquanto política pública está pautado na inclusão produtiva ou na economia circular; avaliar o Projeto Costurando o Futuro no Bairro Bom Jardim sob as lentes da Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS).

Esta investigação busca enxergar a política pública e o território em que ela está inserida “de perto e de dentro”, numa alusão a Magnani (2002). O autor faz uma relação interessante entre a cidade e a etnografia, numa proposta antropológica às dinâmicas urbanas e, é nessa perspectiva sensível e atenta à cidade e ao coletivo, contribuindo para o retorno afetivo da autora, com o mesmo papel de pesquisadora, ao bairro Bom Jardim e os projetos que envolvem mulheres vulneráveis.

A partir da introdução, incluindo os objetivos descritos, tem-se, no capítulo 2, a explicação detalhada dos procedimentos metodológicos aplicados, em síntese, com a descrição do estudo de caso, a triangulação de dados na coleta e o método de análise aplicado, no caso, a Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS). No capítulo 3, apresenta-se o referencial teórico elaborado a partir da revisão de literatura em torno dos temas: (R)evolução social, compromissos internacionais e geração de mudanças, com enfoque na Agenda 2030, teoria dos dois circuitos da economia urbana e inclusão produtiva; economia circular e ecoeficiência nos caminhos da sustentabilidade e panoramas de desenvolvimento sustentável no município de Fortaleza.

Os resultados e discussão desta pesquisa foram condensados no capítulo 4, abordando o exercício de direitos via promoção de políticas públicas, estabelecendo um panorama jurídico sobre o empoderamento do gênero feminino; explicação sobre o Projeto Costurando o Futuro, dando enfoque no bairro Bom Jardim e no ateliê do Projeto no referido bairro. Encerra-se no capítulo 5 com a aplicação da Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS) no Projeto Costurando o Futuro no Ateliê Bom Jardim, estruturando a avaliação em quatro dimensões: social, ambiental, econômica e político-institucional.

Por último, são tecidas considerações finais sobre a avaliação proposta, com o propósito de trazer leituras que possam contribuir com melhorias para a política avaliada e que assistam à criação de novas políticas.

2 METODOLOGIA

Levando em consideração as orientações de Lakatos e Marconi (2003), seguindo aspectos de valoração segundo sua viabilidade, relevância, novidade, exequibilidade e oportunidade, e de Gil (2008, p. 33), que define problema como "[...] qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio de conhecimento", foi definido como problema de pesquisa a promoção de inclusão produtiva ou economia circular pelo Projeto Costurando o Futuro, como política pública da Prefeitura de Fortaleza, na comunidade beneficiária do Bairro Bom Jardim.

O Projeto faz uso de resíduos têxteis, material responsável por 4% das emissões de gases poluentes no mundo, de acordo com o Relatório *Fashion on Climate* (McKinsey & Company, 2020). Resíduos têxteis (ABNT, 2004) são resíduos oriundos da atividade industrial em estado sólido e, apesar de já ser normatizado em 2004, apenas em 2010 o Brasil instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, alterando a Lei no 9.605/1998, a partir da Lei Nº 12.305/2010. A Política Nacional amplia as "diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis". (Brasil, 2010).

A abordagem é qualitativa (Malhotra; Rocha; Laudisio, 2005) e possui caráter exploratório (Matos; Vieira, 2001), baseada em estudos bibliográficos acerca da avaliação de políticas públicas, direitos e gênero, sustentabilidade, inclusão produtiva e economia circular. A abordagem escolhida é uma oposição ao positivismo quantitativo de coleta de dados e permite uma "relação entre a fundamentação teórica do objeto a ser pesquisado e o campo que se pretende explorar" (Minayo, 2005).

No que diz respeito à sua natureza, é uma pesquisa empírica, descritiva, já que intenta avaliar se houve inclusão produtiva ou economia circular por intermédio da utilização dos resíduos têxteis no ateliê Bom Jardim, em Fortaleza/CE.

O engajamento participativo das costureiras no ateliê e os mais diversos perfis tanto de produção quanto de vulnerabilidade dialogam com a pesquisa social como um problema coletivo. A aproximação da pesquisa dessas mulheres e no local onde cooperam entre si direta ou indiretamente contribui para caracterizar a pesquisa como empírica e descritiva, posto que permite experienciar conflitos, realidades e fontes diversas.

O método mencionado permite explorar o foco do pesquisador ao debater questões que envolvem o objeto estudado, somando à natureza descritiva definida por Appolinário (2011,

p. 147), cuja perspectiva do pesquisador se baseia em “descrever o fenômeno observado, sem inferir relações de causalidade entre as variáveis estudadas”.

Quanto à base de investigação, considerou-se as bases lógicas de Gil (2008) e Lakatos e Marconi (1993): indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico, em que, apesar de considerar que o processo de pesquisa não é previsível e não é linear, foi preciso seguir um viés dialético no qual as informações levantadas pela pesquisa devem considerar o contexto social no qual estão inseridas.

Quanto ao propósito da pesquisa, seguiu-se a visão de Gil (2008, p. 54), segundo o qual, ao deduzir estudo de caso, conceitua o propósito de uma pesquisa:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

No que diz respeito ao propósito deste estudo de caso, vislumbra-se atingir dois propósitos: descrever a realidade praticada pelo Projeto Costurando o Futuro no ateliê Bom Jardim, a partir da premissa de incluir as usuárias produtivamente ou de estimular a economia circular, e formular hipóteses ou desenvolver teorias sobre ele.

Quanto aos objetivos, a partir de Lakatos e Marconi (2003, p. 247), serão considerados objetivo geral "Relacionado à idéia central que serve de "fio condutor" no estudo proposto de fenômenos e eventos particulares: encontra-se ligado à compreensão geral do todo, vinculando-se diretamente à própria significação da tese que se propôs defender e explicar" e específico "Em âmbito mais restrito, compreende etapas intermediárias, que, sob aspectos instrumentais, permite o objetivo geral".

Considerando os aspectos levantados, é necessário o debate acerca da descrição do estudo de caso proposto pela pesquisa realizada nesta dissertação.

2.1 Descrição do estudo de caso

Esta pesquisa foi realizada mediante estudo de caso, posto que esse tipo de investigação permite aprofundar empiricamente um "fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real" (Yin, 2001, p. 33). O caso em tela concentra-se na relação entre

sustentabilidade, promovida por meio da utilização de resíduos têxteis de forma gratuita e rotativa, e as políticas públicas, no que tange à inclusão produtiva e/ou economia circular em um dos ateliês do Projeto Costurando o Futuro, especificamente o localizado no território do bairro Bom Jardim.

A escolha pelo projeto justifica-se em virtude de este fazer parte do grupo de políticas públicas de desenvolvimento econômico da Prefeitura de Fortaleza e ser pioneiro no município quanto à proposta de oferecer espaços de uso rotativo para apoiar as produções de moda em bairros vulneráveis de Fortaleza, oferecendo aos usuários do ateliê resíduos de produção local para que os insiram novamente na cadeia produtiva.

2.2 O território escolhido

O território foi escolhido como referência para o estudo porque foi o primeiro ateliê inaugurado pela Prefeitura de Fortaleza para esse fim, além de possuir maior rotatividade de usuários e de apresentar maior diversidade de produtos manufaturados que passam por transformações, deixando de serem “trapos” para se tornarem peças de confecção feminina.

O nome do bairro, historicamente, está ligado à família João Gentil, que detinha grande parte do território do Bom Jardim (2005 apud COSTA LIMA, 2017),

Nessa época, verifica-se uma compra acelerada de fazendas/sítios nas áreas ainda rurais de Fortaleza por três grandes imobiliárias (Walter Diogo, Patriolino Ribeiro e João Gentil). O loteamento Bom Jardim, que deu origem ao nome do bairro – e conseqüentemente ao Grande Bom Jardim e à Zeis – era a Fazenda Boa Vista, de propriedade de D. Gilda, comprada pela imobiliária de João Gentil. A imobiliária loteou a área e a prefeitura abriu ruas largas e de barro, o que foi o suficiente para que os terrenos começassem a ser vendidos a preços populares (COSTA LIMA, 2017, p. 139).

Segundo dados do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) de 2019 (IPLANFOR; FUNDAÇÃO CETREDE; UFC, 2019), o bairro Bom Jardim é constituído por uma trajetória fundiária em que uma grande fazenda foi loteada, transformando-se em lotes irregulares e clandestinos. Para fins de localização geográfica, a distância entre o Bom Jardim e o Centro de Fortaleza, observada na figura 1, configura quase 12 quilômetros de distância, isso significa um trajeto considerável e demorado até a área central do município (CMFOR, 2019).

Segundo Flick (2013, p. 243), a triangulação de dados é uma “combinação de métodos, pesquisadores, circunstâncias locais e temporais e perspectivas teóricas diferentes para tratar de um fenômeno”. Entende-se, portanto, que a triangulação é uma forma de utilizar métodos diferentes na pesquisa qualitativa.

Há algumas formas de se triangular dados, tais como: revisar literatura teórica sobre o tema do estudo, incluir "literatura empírica sobre pesquisas anteriores na área do estudo ou em áreas similares", apontar "literatura metodológica sobre como realizar a pesquisa e sobre como utilizar os métodos escolhidos" e, finalmente, alinhar "literatura teórica e empírica para a contextualização, a comparação e a generalização das descobertas" (Flick, 2009, p. 62). A seguir, tem-se a pesquisa bibliográfica realizada.

2.3.1 Pesquisa bibliográfica

Em uma primeira fase, o estudo foi elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscando realizar um levantamento de estudos clássicos e atuais a fim de investigar sobre a temática em questão para embasar as ideias e opiniões que surgiriam ao longo da dissertação.

Foram analisados livros, artigos em bases científicas (Web of Science, Scielo, Scopus e Google Acadêmico) e publicações institucionais de Estado, União e Município que dialogassem com os três objetivos específicos deste trabalho, tomando como palavras-chave: políticas públicas, ecoeficiência, inclusão produtiva, economia circular e sustentabilidade. Assim, foi possível construir base teórica robusta para o desenvolvimento da pesquisa e aprofundar conhecimentos sobre os temas em questão.

Inicialmente, de acordo com as palavras-chaves definidas, foram analisados título e abstract. Os textos que guardavam maior aproximação com as variáveis determinadas para a pesquisa foram escolhidos e os que não tinham elementos especificamente relacionados ao tema foram excluídos/descartados, posto isto, segue a metodologia das entrevistas.

2.3.2 Entrevistas

A escolha de entrevista para coleta de informações dá-se pela necessidade de observar o conteúdo, o relato verbal e a análise interpretativa das experiências trazidas pelas beneficiárias do Projeto, além de ser uma “forma de interação social”, segundo Manzini (2003), tendo como objetivo realizar uma avaliação - que será explicada em detalhes mais adiante - se

há inclusão produtiva ou promoção de economia circular priorizada pelo Projeto estudado a partir dos discursos trazidos nas entrevistas. O período a ser estudado data de dezembro de 2021 a dezembro de 2022, como forma de contemplar um ano de instalação do Projeto no Bom Jardim.

O autor mencionado divide as entrevistas, didaticamente, em três grupos: 1) questões relacionadas ao planejamento da coleta de informações; 2) questões sobre variáveis que afetam os dados de coleta e futura análise; e 3) questões que se referem ao tratamento e análise de informações advindas de entrevista, e a partir da análise desses dados pretende-se atingir os objetivos deste trabalho.

A proposta de uma entrevista semiestruturada (Triviños, 1987) compreende que as perguntas constituem uma ação qualitativa do investigador e que ela mescla resultados da atividade investigativa e fenômenos sociais que lhe são imprescindíveis para sustentar a análise de informações adquiridas. Nesse sentido, foi utilizada a entrevista semiestruturada que, segundo o autor, mantém presente e atuante o pesquisador, permitindo certa relevância na situação do sujeito.

O roteiro semiestruturado de pesquisa, elaborado a partir da revisão de literatura, permitiu ampliar o domínio do objeto de estudo e foi conduzido no sentido de compreender se e de que modo o uso de resíduos têxteis por beneficiárias do Ateliê Bom Jardim, em Fortaleza/CE, contribuiu para promover inclusão produtiva ou economia circular. Adotou-se como base as “Sugestões para Análise do Roteiro para Entrevista”, de Manzini (2003), que consiste em analisar três pontos: a forma das perguntas, a sequência das perguntas e a abrangência do fenômeno estudado.

A sequência do roteiro foi composta pelas seguintes etapas: perguntas, tema da pergunta, ação verbal identificada e as intenções subjacentes às perguntas, incluindo questões de ordem socioeconômica, com o objetivo de analisar a reutilização de resíduos têxteis, ecoeficiência e inclusão produtiva no Ateliê Bom Jardim do Projeto Costurando o Futuro.

Participaram do estudo 15 (quinze) beneficiárias residentes e atendidas pelo Ateliê no bairro Bom Jardim, que usam os retalhos doados ao Projeto Costurando o Futuro e que já vendem seus produtos em feiras, confecções ou empreendimentos próprios, bem como pessoas que já passaram pelo projeto. A escolha do total de participantes refere-se à média de atrizes locais que circulam no Ateliê em dois turnos do dia, manhã e tarde, e as entrevistas foram realizadas dentro do Ateliê Bom Jardim, sem a presença das outras entrevistadas no momento da coleta de dados.

2.3.3 *Pesquisa documental*

Com a finalidade de debruçar-se sobre documentos ainda sem tratamento analítico ou que poderiam receber outro tratamento de análise (Gil, 2008), foi utilizada a pesquisa documental. Nesse sentido, foram analisados relatórios de execução do Projeto, documentos da Fundação Ellen MacArthur, o relatório da Comissão Europeia para o Desenvolvimento Sustentável (European Commission, 2019), e arquivos municipais, como a Lei Ordinária nº 11.322/2022, Política Nacional de Resíduos Sólidos, alterando a Lei no 9.605/1998, a partir da Lei Nº 12.305/2010, que dialogam com o objetivo dessa dissertação.

2.4 Análise de dados

A abordagem adotada para o presente estudo foi a Avaliação de Políticas Públicas com Base na Sustentabilidade (ABS), proposta inicialmente por Chacon (2007), para pesquisa de sua tese de doutorado, e recentemente atualizado por Chacon e Nascimento (2020).

A ABS tem como critérios precípuos determinar se a política pública promove: solidariedade inter e intrageracional; superação da desigualdade em suas diversas manifestações; minimização dos danos à natureza, buscando a ecoeficiência baseada no princípio da precaução e na prevenção; e democracia participativa e a educação para a paz e para a sustentabilidade.

O intuito foi aplicar a ABS no Projeto Costurando o Futuro, especificamente na região do Bairro Bom Jardim, a partir das dimensões que retratam as atividades vitais, sendo, portanto, essenciais para a compreensão das dimensões de sustentabilidade, quais sejam: social, ambiental, econômica e político-institucional. Com a finalidade de se desenhar um panorama geral, passa-se ao próximo capítulo que tem por finalidade concatenar essa trajetória de transformações.

3 NOVOS CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL: DO PANORAMA GLOBAL AO LOCAL

A construção dos processos de transformação ambiental, econômica e social é inerente à história da sociedade, e para compreender esses caminhos que conversam com políticas públicas, ferramentas de resolução de problemas públicos, será realizado um itinerário que seguirá do cenário global ao local.

A perspectiva de análise será guiada a partir de uma (R)evolução social e ambiental, dos Compromissos internacionais e a geração de mudanças: Agenda 2030, refletir acerca da Teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos em contraponto com a inclusão produtiva. Além disso, será discutida a Economia circular e ecoeficiência nos caminhos da sustentabilidade e, por fim, os rumos do Município de Fortaleza: panoramas sobre desenvolvimento sustentável.

3.1 (R)evolução social e ambiental

O processo de desenvolvimento social, na percepção de Ponting (1995), dialoga com o modo de produzir e de que forma os bens naturais são adquiridos. Essas duas grandes máximas, para o autor, dão distinção às transformações importantíssimas na história da evolução humana: a agricultura e a adoção dos combustíveis fósseis.

Há dez mil anos, a agricultura se desenvolveu atribuindo poder ao homem quanto ao uso da terra, os animais foram domesticados e a manipulação de alimentos possibilitou o sedentarismo humano, ampliou a variedade alimentar, consubstanciando-se em vida em sociedade, cidades e estados. Em síntese, o homem construiu civilizações a partir do suprimento de necessidades em grandes grupos, tendo como resultado drástico a devastação do espaço alterado por ele mesmo e a proliferação de doenças.

A adoção de recursos fósseis como combustível potencializou a indústria, causou grandes migrações, promoveu o crescimento de cidades, constituiu hegemonia a países cujos recursos permitiam manipular tecnologias em prejuízo de outros menos desenvolvidos. Está-se diante do avanço da ciência e da tecnologia e de novas modalidades de destruição.

A evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos e a capacidade de conduzir as ações da natureza a favor dos interesses do homem o fez constituir permanentemente um processo de transformação entre o espaço e as relações em sociedade ao longo dos séculos. Essa transformação, principalmente a vivida durante o século XX, tornou-

se mais densa a partir das décadas de 1950 e 1960, consubstanciadas sob a dicotomia de produzir mais e coexistir com os resultados ambientais catastróficos quando do avanço capitalista no mundo.

A revolução ambientalista do século XX, segundo McCormick (1992), foi tão universal e fundamental para a sociedade humana que criou novos órgãos de legislação, provocou a criação de novos partidos políticos e, principalmente, a reavaliação das prioridades de desenvolvimento econômico, alterando percepções locais e internacionais sobre meio ambiente e sustentabilidade.

McCormick (1992) apresenta uma linha do tempo lenta, indicando que os primeiros excedentes agrícolas, por exemplo, datam de cerca de 3.700 anos, quando os povos sumérios, habitantes do sul da Mesopotâmia, tiveram de migrar em razão da produção agrícola salinizar e as terras irrigadas alagarem. O autor indica ainda a previsão, na Roma do século I, de Columela e Plínio, o Velho, de que o mau gerenciamento de recursos causaria erosão no solo, além da produção de embarcações, durante o Império Bizantino, destruírem florestas costeiras localizadas na região do Mediterrâneo.

Todo esse processo de (r)evolução humana ou mesmo de tomada de consciência sobre as transformações causadas pelas ações antrópicas no meio ambiente construiu agendas internacionais em torno do tema, principalmente agendas políticas. Tem-se que, em 1860, surgiram os predecessores grupos protecionistas na Grã-Bretanha, seguidos do primeiro grupo ambientalista privado do mundo - *Commons, Foot-paths, and Open Spaces Preservation Society* - e do novo Programa Ambiental das Nações Unidas, criado em 1972, que reúne conceitos de solidariedade ou justiça intra e intergeracional em relação às gerações presentes para boa sustentação das gerações futuras.

Tendo em vista todo o processo histórico de construção dessa consciência coletiva, atenta-se que o paradigma da articulação entre sustentabilidade e poder público, bem como inovação no que diz respeito à criação de políticas públicas de desenvolvimento econômico, é posto como uma tendência associada à necessidade de adequação das políticas às condições sustentáveis em diversos aspectos.

Faz-se necessário ponderar que o processo de (r)evolução social descrito está intimamente ligado aos impactos negativos da globalização, no qual consolida-se o capitalismo e utiliza-se do mesmo como ferramenta disciplinadora de cidadãos "[...] para que eles satisfaçam os requisitos do mercado global" (Held; McGrew, 2001, p. 16).

Os efeitos da revolução ambientalista são debatidos atualmente sob vários prismas, um deles é a economia verde, apesar da tímida descarbonização das operações industriais no

Brasil. Nota-se a pretenciosa necessidade de mobilizar recursos vinculados aos critérios de ESG (ambiental, social e governança, tradução da sigla em inglês) quando no investimento em políticas públicas de desenvolvimento econômico (Bethônico, 2022).

O conceito de ESG surge em 2005 por intermédio do relatório “Who Cares Wins”, da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo era propor diretrizes e recomendar ações "ambientais, sociais e de governança na gestão de ativos, serviços de corretagem de títulos e pesquisas relacionadas ao tema" (Irigaray, 2022). Dessa forma, o conceito de ESG faz contraponto ao conceito de desenvolvimento sustentável,

Tendo em vista a multidisciplinaridade que envolve a busca pelo desenvolvimento sustentável, a utilização de somente um indicador dificilmente abrangerá a amplitude analítica necessária. As diversas dimensões e os múltiplos participantes envolvidos na busca pela sustentabilidade caracterizam a complexidade desse sistema. Todos os fatores estão interligados, e os atores, interdependentes entre si. (Silva, 2005, p. 172).

Nesse contexto, tem-se a UNESCO, que também é uma agência multilateral, mas trabalha, conforme as demais agências, a depender do contexto e do território no qual estão atuando. Essa ponderação pode fazer ponte com importante conceito que pode explicar essa experiência de valores sugeridos em escala global que tão claramente se desenha no horizonte internacional: a governança global.

A Governança Global, conforme Rosenau (2000, p. 15-16), é “[..] um fenômeno mais amplo que governo, abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais de caráter governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam as suas demandas”.

Após a Guerra Fria (1947 - 1991), o cenário internacional passou a construir relações mais complexas e trouxe consigo a multiplicação de instituições supranacionais na Europa, para além da complexidade do processo de globalização. Dessa forma, um novo modelo de proposta de construção coletiva de soluções foi adotado de modo a restabelecer a agenda internacional.

A ideia de que a governança global de fato coopere para o desenvolvimento internacional pode ser algo distante da realidade atual, principalmente para países com pouca expressividade na política internacional.

A burocracia maciça da ONU tem seus limites, porque opera muito lentamente e sofre com a influência de múltiplas forças políticas que a puxam em direções diferentes. O grande número e a diversidade de partes interessadas dificultam muitas vezes a obtenção de consenso e a concordância de ações claras e arrojadas para o futuro. Isso levou a uma diminuição do interesse político nos fóruns da ONU, que muitas vezes

são caracterizados como meras “oficinas de conversação” (Besharati, 2013, p. 48, tradução nossa).

A questão é: as agendas internacionais consideram de fato países emergentes, como o Brasil, no processo de tomada de decisão? A resposta a essa pergunta é uma construção histórica previsível:

Por exemplo, países em desenvolvimento que buscam fornecer acesso à energia para todos (ODS 7) podem aumentar as emissões de combustíveis fósseis, prejudicando assim o combate à mudança climática (ODS 13). Da mesma forma, as estratégias de crescimento econômico intensivas em energia e dependentes da emissão de gás carbônico e outros poluentes de alguns países podem ser eficazes para retirar um grande número de pessoas da pobreza no curto prazo (ODS 1), mas tais emissões causam sérios danos à saúde (ODS 3) e não respeitam fronteiras nacionais. (Souza, 2019, p. 12).

Há que se considerar também que o desenvolvimento de uma política que promova um ODS pode acelerar ou construir caminhos de concretização de outros. Entretanto, é preciso refletir que a sinergia entre a promoção do desenvolvimento é, em verdade, resultado de um alinhamento de políticas nacionais e internacionais com vistas para o mesmo fim: a consecução da Agenda 2030.

Com vistas para o cenário atual, abre-se debate para pensar como países em desenvolvimento consomem e de que modo alguns conceitos podem persuadir o conceito de progresso e redução das desigualdades, visto que esse debate é o cerne da teoria dos circuitos econômicos. É preciso compreender como os atores estão envolvidos nessa (r)evolução social e ambiental e de que forma as Agências Multilaterais conduzem o pensamento global como parte do processo do pensar políticas públicas.

3.2 Compromissos internacionais e a geração de mudanças: Agenda 2030

A Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992, delegou a responsabilidade quanto ao desenvolvimento sustentável para todo o planeta, incluindo na pauta dos protocolos internacionais ações focadas na relação entre produção e sociedade, para Feldmann (2003, p. 146) apud Trigueiro (2008), “[...] estaríamos consumindo nos dias de hoje além da capacidade do planeta se regenerar [...]”.

Em 2015, um acordo firmado pelos países membros da ONU aproxima o mundo em torno de uma Agenda 2030. A Agenda 2030 é um plano de ação global da Organização das Nações Unidas para promoção de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em

diversas áreas de atuação, quais sejam: educação, paz, pobreza, fome, proteção ao meio ambiente e inclusão produtiva (ONU, 2015).

A tendência global de reavaliação da relação do homem consigo e com o espaço social em que habita são uma continuação do movimento iniciado na década de 1990, acompanhado de outras ações iniciadas na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos de criar fluxos e procedimentos para avaliação do desempenho de programas e apreciar demandas para as políticas (Rodrigues, 2008).

No Brasil, tem-se destaque na década de 1990 para a dependência nacional de agências financiadoras internacionais - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por exemplo -, sobre a qual o acompanhamento por parte dos bancos quanto ao uso dos recursos tornou-se mais criterioso, tencionando os estudos na área do monitoramento e da avaliação.

Os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU fazem parte da Governança Global, constituindo-se como Agenda Global para a Sustentabilidade, defendida pelas agências financiadoras internacionais quando do reforço de investimento em países cujo objeto de financiamento dialogasse com os ODS.

Tem-se que o poder público lidera com 67% entre os projetos financiados em relação aos ODS (Castro *et al.*, 2019). Cada um dos ODS enunciados no quadro 1 possui divisões em metas, totalizando 169.

Quadro 1 - Objetivos do desenvolvimento sustentável

Objetivo	Descrição
Objetivo 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
Objetivo 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
Objetivo 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
Objetivo 4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
Objetivo 6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
Objetivo 7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
Objetivo 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
Objetivo 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Objetivo 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
Objetivo 14	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
Objetivo 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
Objetivo 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado da ONU (2015, p. 18).

A relação entre os ODS e a forma como sua execução influencia os mais diversos territórios deve considerar, de igual modo, seu potencial transformador na economia em escala mundial, regional e local. Trata-se da necessidade de estreitar ainda mais agências de apoio e países em desenvolvimento, como o Brasil, tanto em termos de financiamento como de apoio técnico, abrindo discussão sobre como renda, consumo e acesso à informação podem limitar ou expandir esse desenvolvimento.

3.3 Teoria dos dois circuitos da economia urbana e inclusão produtiva

O processo de modernização tecnológica, sob a égide da indústria, em grande medida representada pelas multinacionais e pelas mais variadas formas de difundir informações, mesclam na informação e no consumo “um fator fundamental de transformação da economia” (Santos, 2008).

É nessa conjuntura de transformação econômica que Santos (2008, p. 15) reflete sobre como as diferenças associadas a renda e território podem influenciar o desenvolvimento econômico coletivo, no qual

[...] o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem ao nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de

mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor.

Santos (2008, p. 37) leciona que a informação e o consumo determinam geograficamente o mundo, sendo consideradas forças de concentração ou dispersão social. As economias locais são, talvez, as mais afetadas por esse movimento econômico no qual possuem redução na demanda e maior dependência de itens externos para sua fabricação.

Aqui se faz valiosa a contribuição de Furtado (1968), segundo o qual “a revolução no domínio do consumo foi acompanhada da deformação da estrutura do consumo”, além do fomento a tríade "take-make-waste" (extrair-produzir-desperdiçar).

A produção e a agricultura nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, há anos sofrem os efeitos dessa deformação, tendo em vista que a indústria não gera mais tantos empregos e a agricultura, pela maneira como as ferramentas modernas têm sido construídas e executadas, pode ser excludente, provocando êxodo rural e inchaços urbanos, onde o trabalho já se encontra precarizado e, em grande parte, com remuneração desproporcional.

Santos (2008) arremata esse cenário ao descrever que se está diante de uma sociedade na qual uma minoria tem acesso a bens e serviços além de alta remuneração em prejuízo de uma grande massa populacional “vivendo de atividades ocasionais”. Nesse contexto, há nas cidades a manutenção de “dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços”: alto coeficiente de capital e diminuição do emprego, da produção agrícola e da força empregatícia da indústria.

De acordo com o autor, um dos circuitos é resultado imediato do processo de modernização tecnológica e o outro circuito é um resultado indireto, posto que os indivíduos não estão diretamente beneficiados ou mesmo sequer se beneficiam dos progressos tecnológicos mais recentes ou das atividades a eles interligadas.

Ao entender que a indústria da moda está inserida em um dos circuitos de Santos, é preciso explicitar a forma como essa indústria se estruturou no estado do Ceará. Para Amora (2007), essa linha do tempo histórica pode ser dividida em três períodos. O primeiro, no início do século XIX até meados da década de 1950, com a indústria local voltada para a produção têxtil e óleos vegetais.

Um segundo período em que houve consolidação das indústrias tradicionais cearenses com os aportes financeiros, em grande medida, de agências de desenvolvimento, reconhecendo, neste caso, o papel fundamental da Superintendência do Desenvolvimento do

Nordeste (SUDENE). Por último e mais atual, o terceiro período, com a “guerra fiscal” da década de 1980, na qual, por meio de investimentos do Estado, intensificou-se a implementação de indústrias na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

A forma como a indústria da moda de Fortaleza se relaciona com as marcas nacionais e internacionais a insere dentro dos circuitos já que “gerenciam capital, crédito e protótipos de confeccionados, com oficinas que estão na casa dos trabalhadores” (Souza; Silva, 2015, p. 6).

[...] a facção se caracteriza pela fragmentação do processo fabril e o desmembramento do ciclo produtivo de manufatura, antes setorizado, dentro de uma mesma empresa. Há o repasse a um "terceiro" da realização de parte (facção) das atividades necessárias à obtenção de um produto final, fenômeno comum no ramo têxtil. (Krost, 2007, p. 7).

Nessa operação de terceirizar as etapas de produção, consome-se bastante mão-de-obra, distribuída nas mais diversas comunidades de Fortaleza e Região Metropolitana. A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi instituída pela Lei Complementar Federal nº 14/1973 (Brasil, 1973), sendo composta pelos seguintes municípios: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Paraipaba, Paracuru e Trairi.

Essa dispersão da força laboral, complexa e tão subdividida, dificulta uma visão mais coletiva do todo pela mão-de-obra envolvida na produção. Em outras palavras, trata-se de “trabalho disperso, complexificado, com dificuldades na organização da luta coletiva, e, por outro lado, [em] o capital uno, preservando sua autogestão sobre o território” (Brumatti, 2008, p. 3).

Esse emaranhado de produção insere essas atividades no circuito inferior em razão das dinâmicas operacionalizadas por elas, como aporte financeiro limitado e a produção para escoamento rápido com relações de trabalho que usam a força laboral, em parte, de pessoas da mesma família.

Na capital cearense, pode-se identificar pontos que confirmam a teoria dos circuitos de Santos (2008), como o Beco da Poeira, a Feira da José Avelino e, mais recentemente, tem-se o Centro Fashion que, entre outras unidades de venda desses produtos, representam a indústria da confecção, o fluxo de mercadorias e a venda dessa produção em Fortaleza.

Dessa forma, qual é o mínimo de renda necessária para incluir a minoria de modo que esta tenha acesso a bens e serviços, afinal? E de que modo essa inclusão se relaciona à

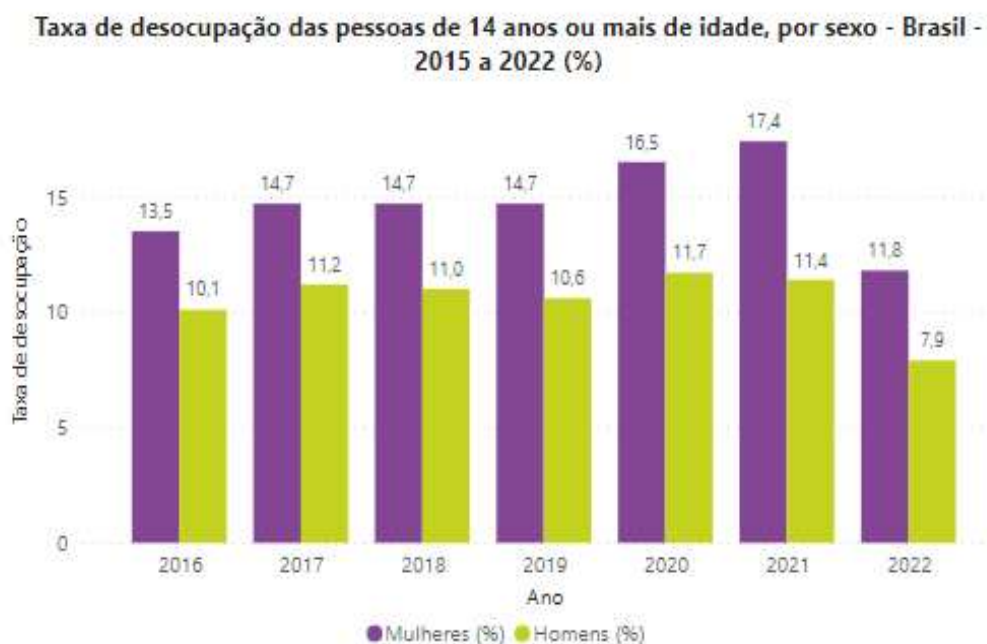
teoria dos circuitos da economia urbana? Nesse momento, serão analisados dois conceitos que podem dar margem a possíveis respostas ou mais questionamentos.

A inclusão produtiva promove ações que possibilitem a inserção de indivíduos no mercado de trabalho, contribuindo para o processo de emancipação social dos indivíduos, diminuindo a dependência de programas e benefícios dos governos federal, estadual e municipal, gerando trabalho e renda, potencializando a arte e o saber-fazer local (SERGIPE, 2013).

Para que uma inclusão produtiva bem sucedida ocorra, não basta que existam oportunidades de boa qualidade e que estas sejam acessíveis aos mais pobres. É também imprescindível que, com seu esforço e tenacidade, as famílias pobres aproveitem plenamente essas oportunidades (efetiva utilização das portas de saída) De fato, oportunidades não são serviços dos quais podemos passivamente nos beneficiar. Ao contrário, para serem efetivas, as oportunidades requerem protagonismo, esforço e perseverança, sem o que não é possível alcançar sucesso na inclusão produtiva (Barros; Mendonça; Tsukada, 2011, p. 5).

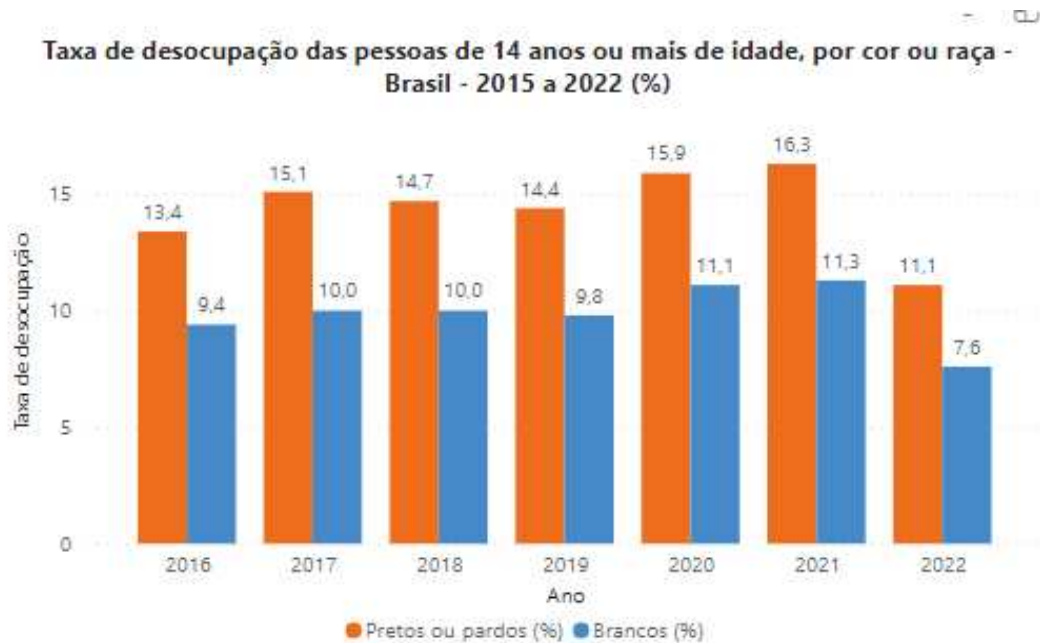
Considerando as citações, há que se ponderar que a inserção do indivíduo no mercado de trabalho por si só não promove sua emancipação social, afinal o “nível de renda também é função da localização do indivíduo” (Santos, 2008). O território pode afetar as formas de acesso ao mercado, para além de questões que envolvem gênero, raça e cor, por exemplo, tendo em vista que as mulheres ocupam cenários mais vulneráveis do que os homens, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho, conforme pode ser observado nos dados constantes nas figuras 2 e 3.

Figura 2 - Taxa de desocupação - classificação por sexo



Fonte: Ministério das Mulheres (2023).

Figura 3 - Taxa de desocupação - classificação por cor ou raça



Fonte: Ministério das Mulheres (2023).

Considerar “esforço e tenacidade” para mensurar inclusão produtiva é leviano, por enxergar na meritocracia um caminho de saída da vulnerabilidade social ou mesmo apontar que a dependência de programas de transferência de renda é uma escolha do beneficiário. Em um país onde a taxa de desocupação de mulheres é alta e que tem perfil de cor e raça, historicamente, fragilizadas, não há como exigir protagonismo ou culpabilizar essas pessoas pelos circuitos em que estão inseridas.

Nesse contexto, segundo o Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), em 2019, a cidade de Fortaleza contabilizou 62% de beneficiários do Bolsa Família fora do Cadastro Único (CadÚnico), devendo-se levar em consideração que os números apresentados são anteriores à pandemia de 2020. Em outras palavras, há pesquisas que confirmam a saída dos beneficiários desses programas sociais, oportunidade em que supera a metade do quadro de pessoas cadastradas, portanto, não há que se falar em dependência imediatamente.

Figura 4 - Informações sobre beneficiários do Bolsa Família



Fonte: IMDS (2023).

De acordo com o IMDS (2023), tal como apresenta a figura 4, “Apesar de apresentarem condições de emprego menos vantajosas, os beneficiários do PBF em 2005 que acessaram o mercado formal de trabalho entre 2015 e 2019 certamente estavam em situação socioeconômica melhor do que a de pobreza e extrema pobreza quando em sua infância e juventude”.

Provocar inclusão produtiva utilizando-se de resíduos que *a priori* iriam para o lixo comum reúne conceitos caros à administração pública como sustentabilidade e desenvolvimento econômico para superar a desigualdade social e promover a solidariedade inter e intrageracional, razão pela qual será discutida economia e ecoeficiência no debate da sustentabilidade a seguir.

3.4 Economia circular e ecoeficiência nos caminhos da sustentabilidade

O processo de industrialização e globalização mundial em que o modelo de extração e esgotamento de recursos naturais é o escopo do processo de produção, é conhecido na literatura como economia linear. Um contraponto à linearidade é a circularidade, pois "esperar o esgotamento dos recursos não renováveis não é a melhor alternativa e não apenas por questões meramente econômicas, mas avaliando aspectos ambientais que englobam o bem-estar social” (Gonçalves; Barroso, 2019, p. 266).

Historicamente, a economia circular tem suas raízes na década de 1960 quando da publicação do artigo "*The Economics of the Coming Spaceship Earth*", do economista evolucionista norte-americano Kenneth Boulding, mais especificamente em 1966. No artigo, o autor faz uma comparação entre o planeta Terra e uma nave espacial em que "podia-se realmente considerar a Terra como um reservatório infinito, uma fonte infinita de entradas e uma fossa infinita para saídas" (Boulding, 1965, p. 1).

Para compreender o que Boulding quer dizer, em outros termos, é preciso visualizar como modelos econômicos dicotômicos, linear e circular, lidam com os recursos naturais e sociais. Na figura 5, pode-se visualizar a razão pela qual uma economia é considerada linear e outra é considerada circular:

Figura 5 - Modelo de transição da economia linear para a circular



Fonte: Circular Economy Portugal (2023).

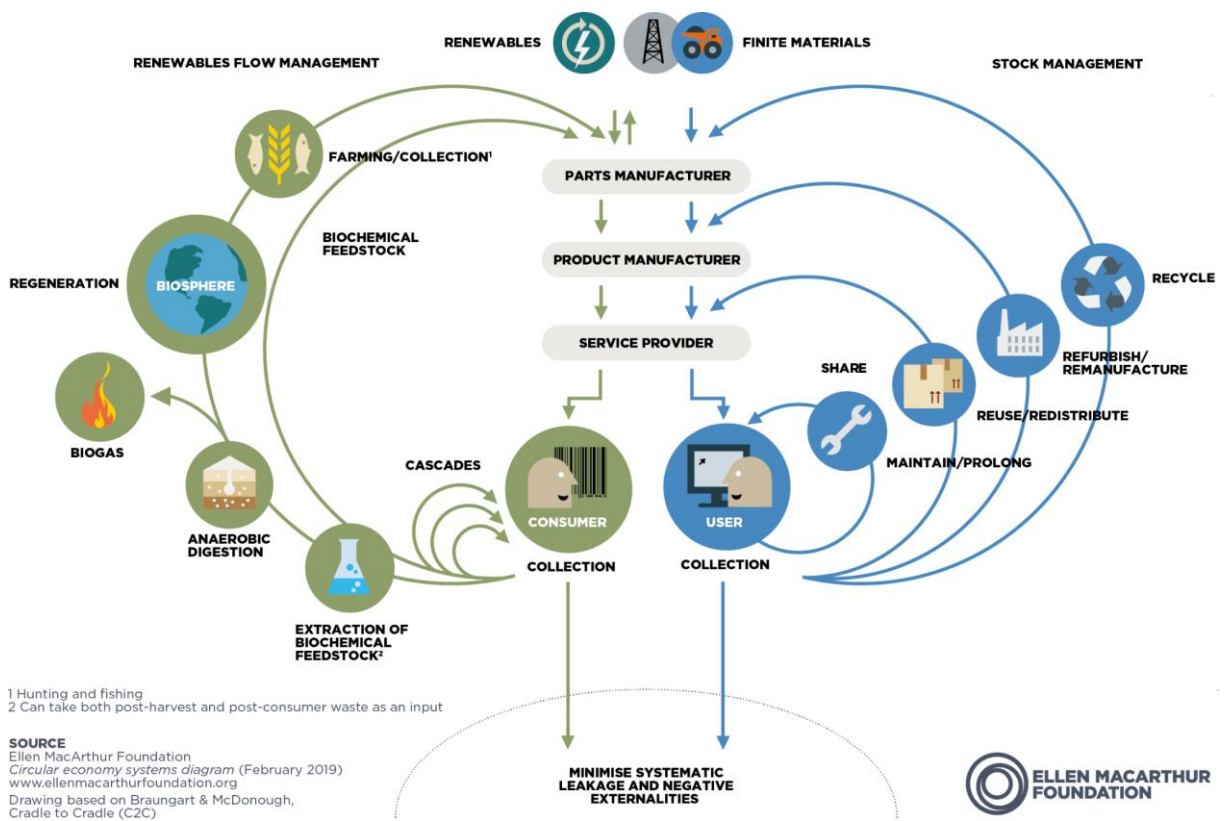
Para a Fundação Ellen MacArthur (EMF, 2023), instituição filantrópica de apoio ao desenvolvimento da economia circular, esta deve ser desenhada a partir de três ações: a) Eliminar resíduos e poluição; b) Circular produtos e materiais (no seu valor mais alto); e c) Regenerar a natureza.

A Fundação aponta para o Brasil como um celeiro de oportunidades quanto ao estímulo à circularidade, levando em consideração fatores de mercado e social como itens

complexos e disponíveis para construção de capital econômico, social e natural (EMF, 2017, p. 10).

Conforme pode ser observado na figura 6, tem-se o Diagrama Borboleta da Economia Circular, apresentando a circularidade a partir da atividade da indústria produtos inseridos numa cadeia de gestão do fluxo de renováveis e gestão de estoques, divididos em ciclos biológicos e ciclos técnicos. O Diagrama resulta na proposta de minimização de perdas sistêmicas e externalidades negativas.

Figura 6 - Diagrama Borboleta da Economia Circular



Fonte: EMF (2023).

A China, a União Europeia e a Índia desde os anos 2000 têm desenvolvido políticas públicas de promoção à economia circular, como a "Lei de Promoção da Produção Limpa", na China; no Brasil, tem-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/2010 (Brasil, 2010). Inclusive, é no PNRS que o termo ecoeficiência tem referência no Art. 6º (item V), destacando-se como um dos princípios da PNRS,

[...] mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta.

Com a publicação do Decreto nº 5940/2006 (Brasil, 2006) pelo governo federal brasileiro, nota-se uma conexão entre resíduos sólidos recicláveis e sua destinação às associações e cooperativas. O decreto foi analisado por Rodrigues e Almeida (2013, p. 158), os quais fizeram contribuições acerca de catadores de resíduos sólidos e inclusão produtiva:

Este Decreto Federal marca uma postura pública de responsabilidade sócio ambiental frente à questão da reciclagem e da inclusão produtiva e social dos catadores de materiais recicláveis, como também influencia a elaboração de políticas municipais e até privadas, promovendo a discussão do tema, no Brasil, em bases mais concretas. No entanto, esta é apenas uma ação dentro de um contexto amplo onde está inserida a questão da reciclagem, como também o catador de material reciclável é apenas um elo de cadeia produtiva reversa que há poucas décadas não era prioridade no campo das políticas públicas.

De acordo com Lemos (2018, p. 15), a economia circular é caracterizada por processos produtivos: “o que a natureza faz, há milhões de anos, em linha com a constatação do famoso químico francês, Antoine Lavoisier, para o qual, ‘na Natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma’”.

Nesse cenário, é necessário demandar ações das políticas públicas de viés global com impactos locais onde os interesses sociais e os econômicos não sejam heterogêneos, mas sim conexos a justiça intergeracional com os ODS e com o conceito de ecoeficiência. Este último compreende toda a complexidade do que se propõe, a saber:

Ecoeficiência é alcançada ao oferecer bens e serviços com preços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas e qualidade de vida, enquanto ocorre a redução do impacto ecológico e a intensidade de uso de recursos ao longo do ciclo de vida do produto, a um nível condizente com a capacidade de suporte da Terra (Verfalle; Bidwell, 2000).

A ecoeficiência defendida Almeida (2002) dialoga com o desenvolvimento sustentável por combinar sete elementos imprescindíveis para promoção de valores e desempenho ambiental com menores impactos sociais: redução do consumo de materiais com bens e serviços; redução do consumo de energia com bens e serviços; redução da emissão de substâncias tóxicas; intensificação da reciclagem de materiais; maximização do uso sustentável de recursos renováveis; prolongamento da durabilidade dos produtos; agregação de valor aos bens e serviços.

Para Horlings e Marsden (2011), a ecoeficiência trata-se de uma característica da Ecologia Industrial, um “casamento entre a indústria e a biologia” potencializando a chamada bioeconomia, uma economia verde, entretanto, é urgente ponderar sobre como as grandes indústrias contribuem com todos esses conceitos de economia voltados para redução dos

impactos sociais e ambientais e de que modo de fato promovem economia circular e ainda ecoeficiência.

Antes de o conceito de desenvolvimento sustentável virar moda, o termo ecodesenvolvimento foi bastante discutido na década de 1970 do século XX. Ignacy Sachs foi um dos autores que participaram desse momento histórico, ao reformular esse conceito e definir suas dimensões. Na verdade, essa foi uma antecipação da formalização das intenções promovidas com a disseminação da ideia de sustentabilidade. (Chacon, 2007, p. 111).

A disseminação da ideia de sustentabilidade é tão polêmica quanto a indústria da moda e, nesta pesquisa, não há pretensão de esgotar os vieses que podem surgir quanto ao assunto, mas é inegável seu potencial de crescimento nas últimas décadas. Ao relacionar crescimento e indústria, é preciso refletir também sobre como essas grandes empresas contribuem para certa confusão quanto ao tema da sustentabilidade.

Pucker (2023) traz contribuições para uma visão mais contra hegemônica, no que diz respeito à aplicabilidade de uma economia circular pela grande indústria da moda:

Estima-se que a indústria da moda contribua com de 2% a 10% das emissões globais de carbono, taxa inconcebível para um setor que se diz comprometido com a sustentabilidade. Segundo a McKinsey & Company, as emissões do setor superam as da França, da Alemanha e do Reino Unido somadas. Como o uso que a indústria faz de sintéticos, como poliéster e náilon, aumenta muito mais rapidamente do que a proporção de materiais naturais, a moda, nos dias de hoje, consome 70 milhões de barris de petróleo por ano, quase 1% da produção de petróleo global. Efluentes químicos, consumo de água, uso da terra e poluição por microplásticos se colocam como obstáculos inexoráveis à sustentabilidade.

Beswick (2022) apontou que, "aproximadamente 25% das emissões [da indústria da moda] poderiam ser reduzidas com modelos circulares". Entretanto, para compreender caminhos possíveis, é indispensável pensar como trabalhar os obstáculos para sua consecução, diante do que, na visão de Pucker (2023), há sete limitações para a circularidade:

- a) Incentivos e objetivos sistêmicos inalterados;
- b) Perda de energia e degradação do produto;
- c) Métricas arbitrárias ou inexistentes;
- d) Modelos de negócio não ampliáveis ou questionáveis;
- e) Trocar plásticos ou matéria prima finita por materiais biológicos;
- f) Lacunas de capacidade e infraestrutura custosa;
- g) Escassez de colaboração pré-concorrencial e intersetorial.

Nesse cenário de caminhos e limitações, é preciso conduzir o olhar para um apoio fundamental à circularidade: a mão-de-obra.

A indústria da moda poderia diminuir seu impacto ambiental concentrando suas fontes de receita não em material e energia, mas em mão de obra. Essa transição pode ser atingida pagando mais para 05 trabalhadores do setor de vestuário, uma vez que a maior parte deles ainda vive com um salário mínimo. Essa estratégia também ajudaria a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU que buscam a erradicação da pobreza e da fome e defendem o trabalho decente, a educação de qualidade e a redução das desigualdades. Aumentar, de fato e ao mesmo tempo a sustentabilidade ambiental e a social, eis aí uma estratégia ganha-ganha que tem meu apoio (Pucker, 2023).

Entendendo que a sustentabilidade não se esgota na questão ambiental, afirma-se que descredibilizar a circularidade e ocultar o potencial social transformador da sustentabilidade seria enxergar no modelo sustentável seu esgotamento quanto à temática ambiental quando, na verdade, vai muito além disso.

Fazendo um recorte temporal e territorial, o Ceará, na década de 1995, durante o governo de Tasso Jereissati, experimentou uma mudança considerável no que diz respeito à forma de se fazer política pública, uma vez que foi impulsionado pelas agências de fomento internacional a implementar um governo de gestão participativa e, dessa experiência, vieram os Conselhos para a Participação da Sociedade (CPS), para tratar de ações sustentáveis a nível regional.

De acordo com Küster (2004), tem-se que, além dos CPS, foram implantados Conselhos Municipais do Desenvolvimento Sustentável (CRDS) pelo interior e capital do estado, ebulindo questões de atropelo às associações já vanguardistas, em grande parte, na temática da sustentabilidade.

A autora apontou que o processo de implantação de uma política de desenvolvimento sustentável, nesse período, confundiu gestores municipais, havendo intervenção direta de indicação política dentro dos Conselhos, e atentou contra demandas locais já historicamente enfraquecidas pela ausência de espaço para atuarem como interlocutoras de seus territórios.

Além disso, assevera a complexidade de avaliar a execução de ações de promoção da sustentabilidade, por meio de uma gestão participativa, dada as diferenças culturais e históricas de cada município no Ceará; houve vanguarda na proposta de Tasso Jereissati, que apesar de estar inserido em um “sistema clientelista e paternalista” do Estado, inovou politicamente.

Essa herança da Era Jereissati trouxe à gestão de Lúcio Alcântara (2002-2006) uma figura peculiar à Secretaria de Cultura do Estado (SECULT): Cláudia Leitão. No discurso de posse da nova gestora da SECULT, o Ceará passa a experimentar, mesmo sem a nomenclatura

direta de sustentabilidade, inovação quanto a missão de avaliar as políticas culturais, sob o monitoramento atento da UNESCO, em eixos de ação políticos, sociais e econômicos.

Leitão, em 2004, concedeu entrevista ao Jornal O Povo, intitulada “Cultura e Sustentabilidade”, oportunidade na qual, além de sinalizar que políticas públicas de cultura iriam para o interior do Estado, evidenciava a preocupação em interiorizar não apenas as políticas culturais, mas também pautas de justiça social e reconhecimento de ações culturais intergeracionais. Partindo desse cenário estadual, a seguir, será realizado panorama municipal sobre desenvolvimento sustentável.

3.5 Município de Fortaleza: panoramas sobre desenvolvimento sustentável

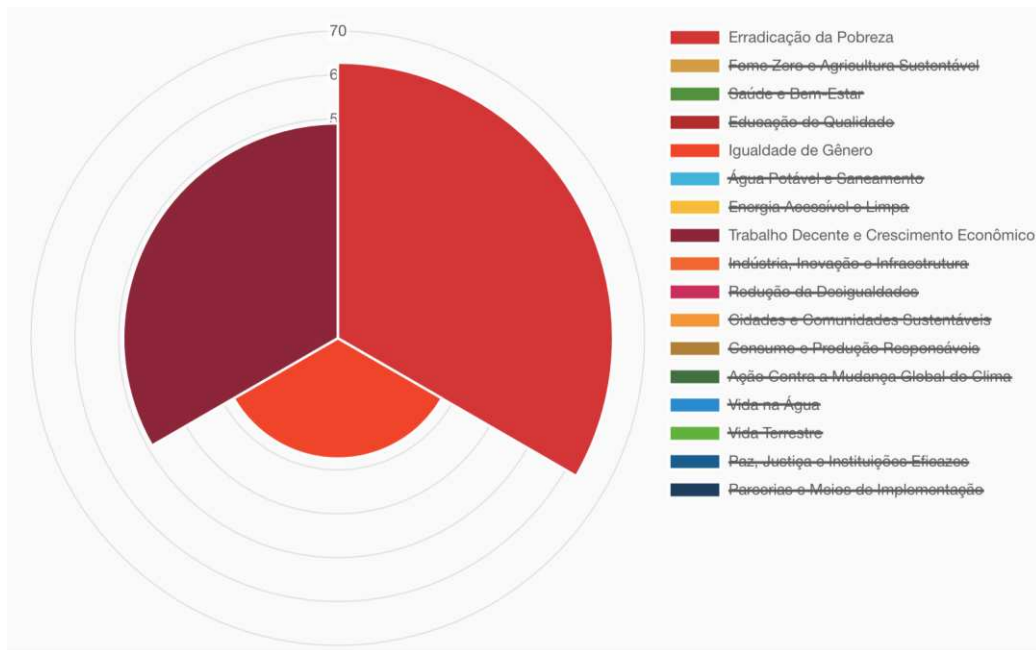
Para compreender em qual contexto Fortaleza está inserida, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDCS-BR, 2023), a capital do Ceará apresenta baixo índice de desenvolvimento sustentável. A pontuação do IDCS-BR mede o progresso total das cidades para a realização de todos os 17 ODS, isso significa que uma pontuação 100 indica a realização ótima dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Segundo dados da plataforma (IDCS-BR, 2023), a pontuação geral da capital do Ceará é 46.9 de 100 pontos no ano de 2023 e, utilizando a métrica do Índice, teria-se que Fortaleza é classificada como a 2.647ª cidade frente a um volume de 5.570.

Ao analisar os dados apontados até o momento, especialmente considerando os ODS diretamente relacionados aos objetivos propostos pelo Projeto Costurando o Futuro (PCF), verifica-se que a cidade atinge apenas 62,83% do ODS 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, 27,44% do ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, e 48,98% do ODS 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Os três ODS apontados são descritos como prioritários pelo escopo do PCF e os dados correlatos a eles são resultado do estudo contínuo do IDCS-BR, sendo identificada uma queda pouco expressiva, mas tida como ponto de alerta para a gestão de políticas públicas na cidade, posto que em 2022 chegou a evoluir até 50.23 de 100 pontos. A figura 7 apresenta, na escala de 0 a 100, o referencial geral de pontuações relacionadas à cidade de Fortaleza.

Figura 7 - Pontuação da cidade de Fortaleza/CE quanto aos ODS propostos pelo Projeto Costurando o Futuro



Fonte: IDCS-BR (2023).

Para compreender a pontuação, é necessário apontar os fatores que a influenciam, quais sejam:

- ODS 1 - Erradicação da pobreza: famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais; percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família; percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único que recebem Bolsa Família; percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único depois de serem beneficiários do Bolsa Família; pessoas com renda de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo.
- ODS 5 - Igualdade de gênero: mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham; presença de vereadoras na Câmara Municipal; desigualdade de salário por sexo; diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham; taxa de feminicídio.
- ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico: população ocupada entre 10 e 17 anos; Produto Interno Bruto (PIB) per capita; desemprego; desemprego de jovens; jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham; ocupação das pessoas com 16 anos de idade ou mais.

A partir desses fatores, dois grandes pilares de combate à pobreza e integração de políticas públicas no Brasil se destacam: o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família. O

Cadastro Único é um registro do Governo Federal para mensurar quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil, sendo sua logística de mapeamento realizada pelas prefeituras gratuitamente à população (Brasil, 2023). É a partir do Cadastro Único que o cidadão pleiteia a participação em programas sociais, cada um deles com limitações de acordo com o perfil cadastrado. Já o Bolsa Família é um Programa de combate à pobreza do Governo Federal, instituído em outubro de 2003, pela Medida Provisória nº 132 (Brasil, 2003) e tem por escopo garantir renda básica, integrar políticas públicas e fortalecer políticas de proteção a essas famílias.

O núcleo básico do Bolsa Família é composto por 4 benefícios (Brasil, 2023):

- a) Primeira Infância: para famílias com crianças de 0 (zero) a 6(seis) anos. O benefício será de R\$ 150 por criança nessa faixa etária;
- b) Benefício de Renda de Cidadania: pago para todos os integrantes da família, no valor de R\$ 142 por pessoa;
- c) Benefício Variável Familiar: pago às famílias que tenham em sua composição gestantes e/ou crianças, com idade entre 7 (sete) e 12 (doze) anos incompletos, e/ou adolescentes, com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos incompletos, no valor de R\$ 50 por pessoa que atenda aos critérios;
- d) Benefício Complementar: pago às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, caso o Benefício de Renda de Cidadania não seja suficiente para alcançar o valor mínimo de R\$ 600 por família. O complemento é calculado para garantir que nenhuma família receba menos que o valor de R\$ 600.

Emancipação da pobreza, trabalho decente e desenvolvimento econômico são os dois pilares que permeiam a literalidade da Lei que instituiu o Projeto Costurando o Futuro - Lei Nº 11.322/2022 -: “Art. 2º O Projeto Costurando o Futuro consiste em política pública de renda e inclusão produtiva” (Fortaleza, 2022).

Esse desenho de que as políticas públicas dialogam entre si, mesmo que indiretamente, demonstrando uma interação sistêmica e multidisciplinar, dá-se, em grande medida, por tratar-se de política que dialoga renda e inclusão produtiva. É possível debater renda e ainda assim falar em cidadania, igualmente é possível falar em inclusão produtiva e olhar para questões como empoderamento feminino, dignidade da pessoa humana.

No que concerne à igualdade de gênero, há promoção de políticas públicas dentro dos ateliês voltadas exclusivamente a mulheres, conforme será abordado mais adiante.

4 DIREITOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS APLICADAS AO PROJETO COSTURANDO O FUTURO

A reflexão acerca de direitos e políticas públicas encontra suas bases na perspectiva de que o Estado precisa de meios para solucionar problemas públicos, por meio de instrumentos, neste caso, a política pública, e esses instrumentos encontram sua fundamentação no Direito.

E é no exercício de direitos via promoção de políticas públicas que pode-se construir um panorama jurídico sobre o empoderamento do gênero feminino, interligando questões como gênero e empoderamento ao Projeto Costurando o Futuro e ao ateliê localizado no território Bom Jardim. A seguir, propõe-se essas conexões.

4.1 Exercício de direitos via promoção de políticas públicas: um panorama jurídico sobre o empoderamento do gênero feminino

Dada a “proximidade da disciplina com os órgãos governamentais” (Melo, 1999, p. 91), a avaliação de políticas públicas transita entre os paradigmas que se remodelam face ao contexto político, cultural e econômico no qual se insere. Diante disso, um panorama jurídico que projete promoção de políticas públicas deve perpassar sobre o debate acerca do direito ao desenvolvimento.

[...] o direito ao desenvolvimento situa-se hoje no contexto dos direitos humanos fundamentais, positivado, inclusive, na ordem internacional. Exemplo disso é a Resolução 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 04 de dezembro de 1986, que aprovou a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Da mesma forma, na Declaração e Programa de Ação de Viena, adotada consensualmente em plenário, pela Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 25 de junho de 1993, afirma-se o direito ao desenvolvimento como um direito universal e inalienável, constituindo parte integral dos direitos humanos fundamentais. [...] No contexto do Estado brasileiro, o direito ao desenvolvimento é qualificado como objetivo fundamental da República (art. 3º, da CF). [...] o desenvolvimento é visualizado não apenas como um processo socioeconômico, mas, também, como instrumento de promoção dos valores humanos e da cidadania. (Albuquerque *et al.*, 2012, p. 7-9).

O exercício de direitos pressupõe uma reparação histórica de desigualdades sociais, a fim de que se alcance a emancipação da população mais vulnerável, contribuindo para que a noção de desenvolvimento seja qualificada para reduzir essas vulnerabilidades (Sachs, 2008).

Nesse contexto, a Carta Magna, promulgada em 1988, inseriu o Estado brasileiro em uma agenda de garantias e proteção às mulheres, em que pese afirmar que o artigo 5º aduz que homens e mulheres são iguais perante a lei, sendo proibida qualquer forma de

discriminação; quanto ao direito reprodutivo, a Constituição dá às mulheres o direito à licença maternidade, além de jornada de trabalho reduzida para mães lactantes (Brasil, 1988).

O Estado brasileiro, com o processo de reforma, além de ter criado leis de proteção às mulheres, trouxe consigo a vanguarda de que essa mesma proteção fosse ampliada e incluída no eixo das políticas públicas, como a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e a adoção de cotas de gênero nas candidaturas partidárias.

A Constituição Federal de 1988 inaugurou a proposta de ampliação dos atores sociais envolvidos na avaliação da política pública e essa ampliação evoluiu para além do poder público, desenvolvendo-se com o tempo em prejuízo da avaliação tradicional, em modelos de gestão transversais e participativos, nos quais:

A diversidade de atores participantes, inclusive a articulação de atores da sociedade civil em instâncias representativas, é um instrumento de ampliação da participação social, abrindo espaço para reivindicação dos vários setores envolvidos e também dando mais visibilidade aos conflitos e às disputas, inclusive àquelas sobre os próprios limites dessa participação (Lotta; Vaz, 2015, p. 191).

Ao debater-se o tema dos direitos das mulheres, é importante compreender como o conceito de gênero colabora para o processo de empoderamento feminino, visto que é atravessado pela territorialidade, em razão das construções socioculturais que o caracterizam, posto que:

O termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1995, p. 75).

A formulação de políticas públicas está ligada à necessidade de resolução de problemas e, no Brasil, o assunto trata-se de um longo processo quando o objetivo final está ligado à proteção e garantia de direitos fundamentais às mulheres. Direitos fundamentais, de acordo com Alexy (1986), são normas que conferem proteção aos interesses individuais específicos no sistema jurídico.

A ampliação de políticas públicas que deem proteção aos interesses individuais de mulheres em nível federal, estadual e municipal desde a promulgação da Constituição de 1988 pode ser analisada a partir da Constituição do Estado do Ceará e da Lei Orgânica que rege o município de Fortaleza, capital do Estado.

A Constituição do Estado do Ceará, promulgada em 05 de outubro de 1989, além de estar diretamente alinhada à Constituição Federal de 1988, também traça pontos estratégicos de proteção a pessoas do sexo feminino, tais como a coleta de dados e monitoramento para elaboração de políticas, sendo prevista, no artigo 276, a prerrogativa de criar-se “[...] mecanismos que garantam uma educação não diferenciada para ambos os sexos, desde as primeiras séries escolares, de forma a propiciar a formação de cidadãos conscientes de igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres” (Ceará, 1989).

Outros amparos legais e políticos do Ceará colocam pessoas do sexo feminino como ponto focal de estratégias de proteção e empoderamento, tais como a Delegacia de Defesa da Mulher, a Casa da Mulher Brasileira (Governo do Estado do Ceará, 2023), que já atendeu mais de 162 mil mulheres em situação de violência, e a Casa da Mulher Cearense, criada em 8 de março de 2022 pelo Governo do Estado do Ceará.

Ainda no que tange à constituição estadual mencionada, é taxativa a orientação de que núcleos de proteção à mulheres são de responsabilidade premente do Estado, a exemplo do disposto no “Artigo 334. O Estado institucionalizará casas de abrigos e albergues para mulheres vítimas de violência” (Ceará, 1989).

Considerando compromissos internacionais e interinstitucionais para o gênero feminino, o Relatório da Organização das Nações Unidas “*The paths to equal: Twin indices on women’s empowerment and gender equality*” (UNDP; UN-WOMEN, 2023) aborda temas como educação, desenvolvimento de competências e acesso ao conhecimento, áreas em que o potencial das mulheres está longe de onde deveria estar a nível global. De acordo com os dados no referido documento, o empoderamento das mulheres nesta dimensão permanece baixo em todos os grupos de desenvolvimento humano, exceto nos países em que o desenvolvimento humano é muito elevado.

Outra questão trazida pelo documento é que a participação de mulheres nos processos de tomada de decisão é essencial para a ampliação do empoderamento feminino e para o desenvolvimento transformador, todavia, é nesta área que as mulheres enfrentam os maiores obstáculos.

Para ONU Mulheres (UNDP; UN-WOMEN, 2023), os baixos índices de empoderamento das mulheres e as disparidades de gênero continuam a ser comuns, posto que, nos 114 países analisados, 91,3% de todas as mulheres e meninas vivem em países caracterizados por um baixo ou médio empoderamento das mulheres (um déficit de 20% ou mais) e um desempenho baixo ou médio na promoção da paridade de gênero.

Em perspectiva global, interpretando os dados mencionados, o Brasil, se comparado a outros países, apresenta desempenho médio-baixo na promoção da paridade de gênero e do empoderamento feminino, o que demonstra a visão tida a respeito da necessidade de elaborar políticas públicas de modo que todas as questões que vulnerabilizam o público feminino estejam no cerne tanto de direitos quanto de garantias, principalmente no que diz respeito à dignidade e à autonomia.

O direito fundamental à dignidade da pessoa humana e autonomia feminina articulam-se de modo que políticas públicas estão intrinsecamente ligadas ao tema da sustentabilidade e, portanto, ao Projeto Costurando o Futuro. Conforme salientado por Veiga (2010, p. 49),

A resiliência dos ecossistemas certamente poderá ser expressa por indicadores não monetários relativos, por exemplo, às emissões de carbono, à biodiversidade e à segurança hídrica. Mas o grau de tal resiliência ecossistêmica não dirá muito sobre a sustentabilidade se não puder ser cotejado a dois outros. Primeiro, o desempenho econômico não poderá continuar a ser avaliado com o velho viés produtivista, e sim por medida da renda familiar disponível. Segundo, será necessária uma medida de qualidade de vida (ou bem-estar) que incorpore as evidências científicas desse novo ramo que é a economia da felicidade.

Desse modo, o autor conclui que é necessária e urgente uma abordagem multidimensional para avaliar a sustentabilidade, não se limitando à resiliência dos ecossistemas, mas usando fatores mais subjetivos para avaliar o bem-estar econômico das famílias e a qualidade de vida, a exemplo dos fatores sociais e emocionais.

A promoção de políticas públicas que se comuniquem com as comunidades locais pode ser um caminho para a promoção da resiliência social, política e ambiental tão necessária à redução de vulnerabilidade. Assim, urge a criação de programas e projetos que enxerguem as potencialidades locais - é o que propõe a Prefeitura de Fortaleza/CE com o Projeto Costurando o Futuro, abordado a seguir.

4.2 Projeto Costurando o Futuro

Considerando que o Projeto Costurando o Futuro envolve a utilização de resíduos têxteis necessários à implementação da política, faz-se uma breve contextualização acerca do panorama nacional em torno do tema.

Analisando estudo realizado pelo Sinditêxtil-SP (2013), tem-se que o Brasil descarta cerca de 175.000 toneladas ao ano de resíduos têxteis, estimando-se que 90% desse material seja descartado em aterros sanitários ou em locais indevidos, sendo necessária e

urgente a condução de ações ecoeficientes, solidárias com as futuras gerações e que promovam renda.

Nos dados coletados pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (ABIT, 2023), o faturamento da Cadeia Têxtil e de Confeção foi de quase R\$190 bilhões em 2021 contra R\$ 161 bilhões em 2020, na leitura desses dados, deve-se levar em consideração a pandemia por COVID-19 em 2020. Quanto à empregabilidade, segundo a ABIT, encontra-se diante de 1,34 milhão de empregados formais e 8 milhões se adicionarmos os empregos indiretos e seus efeitos na renda, dos quais 60% são de mão de obra feminina.

Em Fortaleza, em estudo realizado pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) em parceria com a Federação das Associações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FEMICRO-CE) em 2017, a maior incidência de empresas encontrava-se no setor da confecção, com representatividade de mais de 50% no total, como pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1 - Setores empresariais e vagas de emprego em Fortaleza

Descrição	Quant.	(%)	Formal	(%)	Informal	(%)
Comércio	795	55,3%	297	64,7%	498	50,9%
Indústria	315	21,9%	114	24,8%	201	20,5%
Serviço	328	22,8%	48	10,5%	280	28,6%
Total Geral	1.438	100,0%	459	100,0%	979	100,0%

Fonte: SDE e FEMICRO-CE (2017).

O estudo revelou que a grande maioria dos entrevistados alegou trabalhar com confecções em geral (42,2%) e moda feminina (22,5%), outro dado trazido revela um perfil de gênero na grande área da confecção.

Tabela 2 - Distribuição das vagas ocupadas segundo gênero

Descrição	Quant.	(%)	Formal	(%)	Informal	(%)
Feminino	1240	86,2%	394	85,8%	846	86,4%
Masculino	198	13,8%	65	14,2%	133	13,6%
Total Geral	1.438	100,0%	459	100,0%	979	100,0%

Fonte: SDE e FEMICRO-CE (2017).

Em se tratando de gênero, sem inovar quanto ao perfil, majoritariamente, dos entrevistados identificou-se como sendo do gênero feminino, somando-se 86,2% do total de

pessoas ouvidas pela pesquisa, essa mesma categoria também predomina nos estabelecimentos formais (85,8%) e informais (86,4%).

A Prefeitura de Fortaleza, na gestão de José Sarto Nogueira, lançou, como política pública da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - SDE, em dezembro de 2021, o Projeto Costurando o Futuro (PCF), inicialmente no bairro Bom Jardim, como ação-piloto de promoção de inclusão produtiva e selo de propagação do conceito de economia criativa, trazendo consigo o arrimo de inovação social. Para Manzini (2014), “O termo Inovação Social refere-se a mudanças no modo como indivíduos ou comunidades agem para resolver seus problemas ou criar novas oportunidades”.

O PCF tem a premissa de dialogar com questões complexas como o uso da reciclagem têxtil, como pode ser visto na figura 8, para criação de novas peças e posterior venda dos produtos, favorecendo a circularidade desses componentes têxteis e de mão-de-obra, cuja complexidade esbarra na indústria da moda que tem quase 200 anos no Brasil.

Figura 8 - Registros dos retalhos disponibilizados às costureiras do Projeto - Ateliê Bom Jardim



Fonte: Elaborada pela autora.

A SDE, responsável pela política pública de oferta de qualificação profissional, emprego e geração de renda no município de Fortaleza, tem um papel de grande relevância no contexto da retomada econômica atual. A pandemia de Covid-19, além de afetar empreendedores e autônomos de diversos segmentos considerados não-essenciais, ocasionou retração na economia, resultando em altas taxas de desemprego.

Vale ressaltar que o projeto pretende contribuir para o desenvolvimento de ações dos Planos Confeções e Economia Criativa, do Plano Fortaleza 2040 (Prefeitura de Fortaleza, 2020), que inclui, dentre outras, a melhoria da qualidade e desenvolvimento da moda, da infraestrutura e o desenvolvimento dos territórios criativos. O Plano Fortaleza 2040 é uma Plataforma de integração do Planejamento municipal.

Observa-se grande demanda no município de Fortaleza, considerando o crescimento do nicho e o título de Cidade Criativa do Design, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, adquirido em 2019. Esse selo é gerido pela Vice-Prefeitura de Fortaleza por meio de Élcio Batista.

O Projeto promete ampliar os ateliês de costura para vários territórios da cidade - vide figuras 9 e 10 -, tanto em espaços cedidos por outros órgãos e secretarias da PMF, quanto em unidades modulares (contêineres), oportunizando aos profissionais locais a utilização das máquinas de costura disponíveis gratuitamente, bem como ações de orientação profissional e serviços voltados à geração de emprego e renda.

Figura 9 - Ateliê Vicente Pinzon



Foto: Programa do Rubão (s/d).

Figura 10 - Projeto Costurando o Futuro



Foto: Calvet (2023)¹.

A proposta da SDE faz parte do que preconiza o Plano Fortaleza 2040, cuja estratégia é implementar outros planos em áreas como mobilidade, planejamento urbano e desenvolvimento econômico e social a curto, médio e longo prazo para “transformar Fortaleza em uma cidade de oportunidades para todos, mais justa e acolhedora, por meio da execução concomitante de um conjunto de 32 Planos específicos”. Para controle e monitoramento das ações do Plano Fortaleza 2040 a gestão municipal usa a plataforma SIGA2040, de acesso gratuito e transparente à população.

O quadro 2 apresenta os eixos estratégicos do Plano Fortaleza 2040 (Prefeitura de Fortaleza, 2020) associados aos eixos de sustentabilidade a partir dos objetivos e planos específicos como intermediários.

¹ <https://www.opiniooce.com.br/na-ponta-da-agulha-projeto-costurando-o-futuro-incentiva-mulheres-a-serem-donas-de-seus-proprios-negocios/>

Quadro 2 - Eixos estratégicos do Plano Fortaleza 2040 e eixos da sustentabilidade

Eixo Estratégico	Objetivo	Planos Específicos	Eixos da Sustentabilidade
Equidade territorial, social e econômica	Existir um equilíbrio entre distribuição de oportunidades de emprego e renda, acesso a bens e serviços e condições de moradia e habitabilidade.	Habitação de Interesse Social; Regularização Fundiária; Cultura de Paz e Segurança Cidadã; Inclusão Produtiva, Empreendedorismo, Emprego e Renda.	Social
Cidade conectada, acessível e justa	Cidade cuja forma urbana possibilita o fácil acesso dos indivíduos aos bens e serviços públicos, bem como a oportunidades de emprego e renda.	Plano Mestre de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade; Requalificação do Centro Urbano; Conectores Verdes e Sistemas de Parques; Requalificação e Recuperação de Lagoas e Açudes; Hubs Metropolitanos e Urbanos; Desenvolvimento Econômico e Inovação; Bairros/Distritos de Inovação; Agricultura Urbana; Zonas Industriais; Novo Plano Diretor.	Espacial
Vida comunitária, acolhimento e bem-estar	Uma cidade onde todos os indivíduos são respeitados e acolhidos, bem como possuem suas atividades básicas para uma vida digna atendidas.	Saúde; Assistência Social; Esporte e Lazer; Segurança Alimentar; Pessoas com Deficiência; Criança e Adolescente; Juventude; Pessoa Idosa; Mulher; LGBTQIA+; Igualdade Racial.	Social
Desenvolvimento da cultura e do conhecimento	Uma cidade onde ocorre a ampliação e melhoria da educação, promoção e aumento da qualificação dos trabalhadores, incentivo ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.	Educação; Cultura e Patrimônio; Ciência, Tecnologia e Inovação.	Cultural e Social
Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais	Uma cidade que busca continuamente a preservação, conservação e recuperação dos seus componentes naturais.	Meio Ambiente e Saneamento; Energias Renováveis e Eficiência Energética; Segurança Hídrica.	Ambiental
Dinamização econômica e inclusão produtiva	Uma cidade que promove o crescimento da economia local, do emprego e da renda, em parceria com o fortalecimento das atividades econômicas já consolidadas.	Agricultura Urbana; Confecções; Construção Civil; Economia Criativa; Economia do Mar; Nova Indústria e Serviços Avançados; Tecnologia da Inovação e Comunicação; Turismo.	Econômica
Governança municipal	Uma cidade na qual o governo e a sociedade trabalham juntos para planejar, implementar e monitorar políticas públicas.	Desenvolvimento da Gestão Pública Municipal; Participação e Controle Social na Gestão Municipal.	Governança

Fonte: Albuquerque e Lima (2023).

No quadro, observa-se que o Plano Fortaleza 2040 busca a promoção de desenvolvimento com base nos mais diversificados pilares que podem ser complementados com outras duas vertentes de Sachs (2004, p. 26):

[...] em termos econômicos, trata-se de diversificar e complexificar as estruturas produtivas, logrando ao mesmo tempo incrementos significativos e contínuos da produtividade de trabalho, base do aumento do bem-estar; em termos sociais, deve-se, ao contrário, promover a homogeneização da sociedade, reduzindo as distâncias sociais que separam as diferentes camadas da população.

Segundo Sachs (2004, p. 26), tem-se que é preciso “desenhar uma estratégia de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente incluyente”, além de ser preciso gerar empregos decentes e aproximar políticas públicas da população mais vulnerável, podendo ser uma forma de garantir a dignidade dessas pessoas.

Nesse cenário, o PCF encontra-se em execução, até a data de estruturação desta pesquisa, nos respectivos bairros (quadro 3):

Quadro 3 - Localização dos Ateliês do Projeto Costurando o Futuro

ATELIÊ	ENDEREÇO
Ateliê da Barra do Ceará	Av. Presidente Castelo Branco, 6417 - Barra do Ceará (INSTITUTO CUCA)
Ateliê do Bom Jardim	Rua Oscar Araripe, 1030 - Bom Jardim (CRE BOM JARDIM)
Ateliê do Canindezinho	Av. Osório de Paiva, 6061 - Canindezinho (CENTRO CULTURAL)
Ateliê do Conjunto Ceará	Av. Alanis Maria Laurindo de Oliveira – Conjunto Ceará (CCDH)
Ateliê do Cristo Redentor	Av. Monsenhor Hélio Campos, 178 - Cristo Redentor (CCDH)
Ateliê do Jangurussu	Av. Gov. Leonel Alencar Brizola - Jangurussu (INSTITUTO CUCA)
Ateliê do José Walter	Rua 69 - Prefeito José Walter (INSTITUTO CUCA)
Ateliê do Mondubim	Rua Prof. Glauco Lobo - Mondubim (INSTITUTO CUCA)
Ateliê do Vicente Pinzón	Rua Veneza, 100 - Vicente Pinzón (PRACINHA DA CULTURA)
Ateliê do Vila União	Rua Celso Tinoco, 1374 - Vila União (CQP VILA UNIÃO)
Ateliê do Vila Velha	Av. Mozart Lucena- Praça do Polar, s/n - Vila Velha (PRAÇA DO POLAR)

Fonte: Prefeitura de Fortaleza (2023).

Dentro dos ateliês, são disponibilizadas máquinas de costura de tipos industriais e domésticas, além de mesa de corte. Os usuários dos ateliês usam o espaço de forma colaborativa, não sendo estabelecido pré-requisito para as usuárias. O perfil das costureiras é de pessoas que já possuem conhecimentos básicos na área da confecção e de pessoas sem conhecimento básico de costura, sendo também o ambiente utilizado para a realização de palestras e oficinas pertinentes à prática profissional, ao mundo do trabalho e à geração de emprego e renda.

Cada ateliê é monitorado por um colaborador da prefeitura que, semanalmente, envia à gestão: a) frequência diária; b) índice de cadastro de voluntários para ministrar oficinas;

De acordo com o Diagnóstico Sócio Participativo do Grande Bom Jardim (GPDU/CDVHS, 2004), o Grande Bom Jardim era formado por propriedades rurais na década de 1950. A região foi loteada pela Caixa Econômica Federal que, por sua vez, revendeu os lotes com casas a preços populares construídos, sendo uma ação de contemplar a demanda populacional de Fortaleza, historicamente marcada por grande concentração populacional e pobreza.

Acerca do processo migratório no território escolhido para estudo, segundo Paiva (2007, p. 37),

[...] nas décadas de 1970 e 1980, com o êxodo rural e a busca de aquisição de imóveis para morar por parte dos segmentos mais pobres da cidade de Fortaleza, o Bom Jardim experimentou um processo intenso de invasões de terrenos no interior do Bairro.

Esse processo intensivo de invasões a terrenos deu-se, em grande medida, num dos principais empreendimentos imobiliários da região pertencentes à família Frota Gentil. Esse empreendimento era dedicado aos imigrantes vindos do interior do Ceará, oportunidade em que substituíram a agricultura pelo trabalho nas fábricas da cidade, entre outras atividades, para sobreviver na capital (Albuquerque, 2023).

Para compreender o bairro Bom Jardim de modo político e urbano, territorialmente, é preciso entender que se trata de um bairro de ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social, as quais são espaços territoriais destinados, em grande medida, à promoção de moradia digna às pessoas socialmente vulneráveis por meio de intervenções urbanísticas, projetos de recuperação do meio ambiente e regularização fundiária (Zonas Especiais Fortaleza, 2023).

O Conselho Gestor da ZEIS Bom Jardim foi fundado pelo Decreto nº 14.211/2018 (Fortaleza, 2018), documento que também regula a composição e a eleição dos Conselhos Gestores das ZEIS 1 e 2, balizados pela Lei nº 062/2009 - Plano Diretor Participativo - (Fortaleza, 2009), sendo o bairro Pici classificado como ZEIS 1, conforme a Lei supracitada.

Dos 24 itens propostos pelo Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) realizado em 2019, na categoria “Geração de Trabalho e Renda”, está a proposta de “Ações de educação financeira com concepção pedagógica adequada ao perfil dos gestores dos empreendimentos de economia solidária e estímulo a iniciativas grupais de finanças solidárias, tais como grupos de poupança, clubes de troca, moeda social, fundos rotativos” (IPLANFOR; Fundação CETREDE; UFC, 2019).

Em resumo, antes de o Projeto ser instalado, a comunidade local já apresentava compreensão de que havia empreendimentos com viés de economia solidária que, na prática,

remetem a um modelo de autogestão de atividades econômicas pelos membros da empresa de forma democrática (SEBRAE, 2023).

Essa análise aponta o perfil econômico do bairro voltado para o comércio, além de despertar a necessidade de compreender como empreendimentos na área da moda impactam na vida das pessoas a partir de ações e políticas públicas locais.

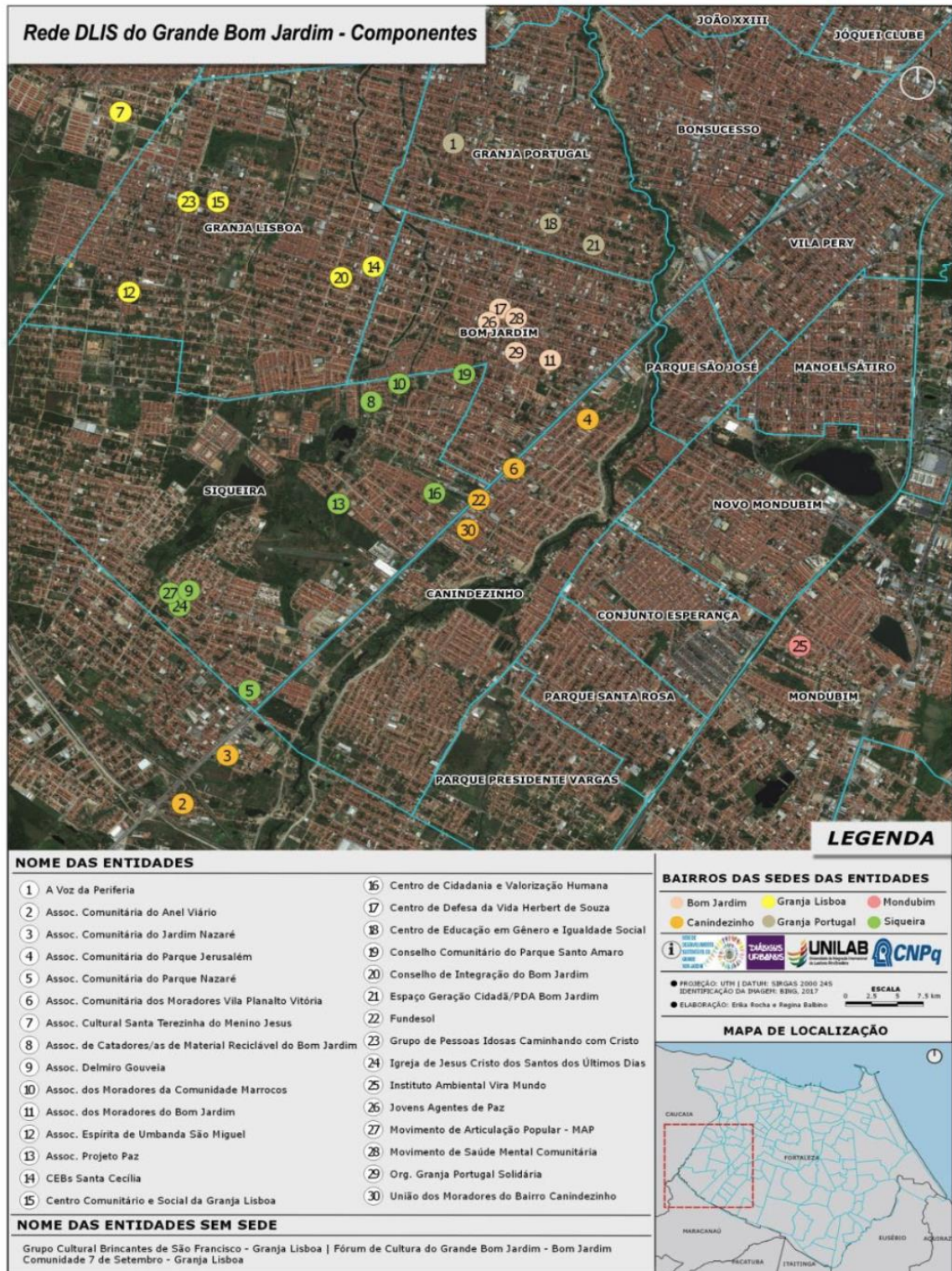
O Grande Bom Jardim, foi a primeira região de Fortaleza a receber um Ateliê do Projeto Costurando o Futuro; engloba 8,33% da população de Fortaleza, integrando a Secretaria Executiva Regional 5, e possui Índice de Desenvolvimento Humano dos Bairros (IDH-B) equivalente a 0,194; o IDH-B pode variar entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de zero, menor é o indicador para os quesitos de saúde, educação e renda. Quanto mais próximo de 1, melhores são as condições para esses quesitos. (Prefeitura de Fortaleza, 2023; SDE, s/d; CCBJ, 2023).

É no GBJ que está inserida a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ), a Rede DLIS é o conjunto de entidades da sociedade civil que tem por prerrogativa propor, avaliar e monitorar políticas públicas na comunidade. No ano de 2005, o GBJ sediou a II Conferência de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim, onde pode-se aprovar “Planos Estruturantes para o desenvolvimento local dos bairros do Grande Bom Jardim” (Machado; Faustino, 2018).

Essa Rede, cujas entidades podem ser localizadas na figura 12, permite ao GBJ a experiência de que as complexidades territoriais estão aliadas à força coletiva das associações locais, “como premissa que as relações (ou laços) sociais estabelecidos por indivíduos, atores coletivos, associações ou organizações e instituições (e entre eles) constituem o elemento por excelência de estruturação da vida social” (Carlos, 2011, p. 154).

Machado e Pereira (2020) abordam "Ciclos do movimento popular no Grande Bom Jardim", onde a Rede está enraizada, quais sejam: "o primeiro ciclo envolve as associações comunitárias tradicionais, o segundo ciclo, que se articula à presença de várias congregações religiosas progressistas, o terceiro ciclo é aqui denominado comunidades de comunidades, o quarto ciclo envolve a emergência das organizações da sociedade civil, o quinto ciclo, que podemos aqui nomear como redes de agentes populares, o sexto ciclo envolve a emergência dos coletivos de juventudes".

Figura 12 - Entidades no Grande Bom Jardim



Fonte: Machado e Faustino (2018, p. 27).

Alheio à Rede do GBJ, o Projeto está situado no primeiro andar do Jardim Shopping, localizado na Avenida Oscar Araripe, número 1030, Bom Jardim - figura 13 -, tratando-se de imóvel alugado pelo poder público.

Figura 13 - Fachada do Jardim Shopping



Fonte: Google Maps.

O espaço térreo possui guichês de atendimento das políticas públicas de desenvolvimento econômico da Prefeitura e o primeiro andar abrange o ateliê e algumas salas de aula, funcionando das 8 horas da manhã até meio dia, com pausa para almoço, podendo permanecer aberto, caso o beneficiário não queira interromper a produção. No turno da tarde, funciona das 13 horas às 17 horas, impreterivelmente.

Para falar de espaço físico do Projeto é imprescindível considerar que, historicamente, o Bom Jardim é marcado pela violência urbana. Segundo o site do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ, 2023), entre 2007 e 2009, o bairro destacou-se, negativamente, pelos altos índices de assassinatos, em grande medida, o alvo principal eram jovens, do sexo masculino, entre 15 e 29 anos, totalizando 60% dos 312 assassinatos registrados naquele período.

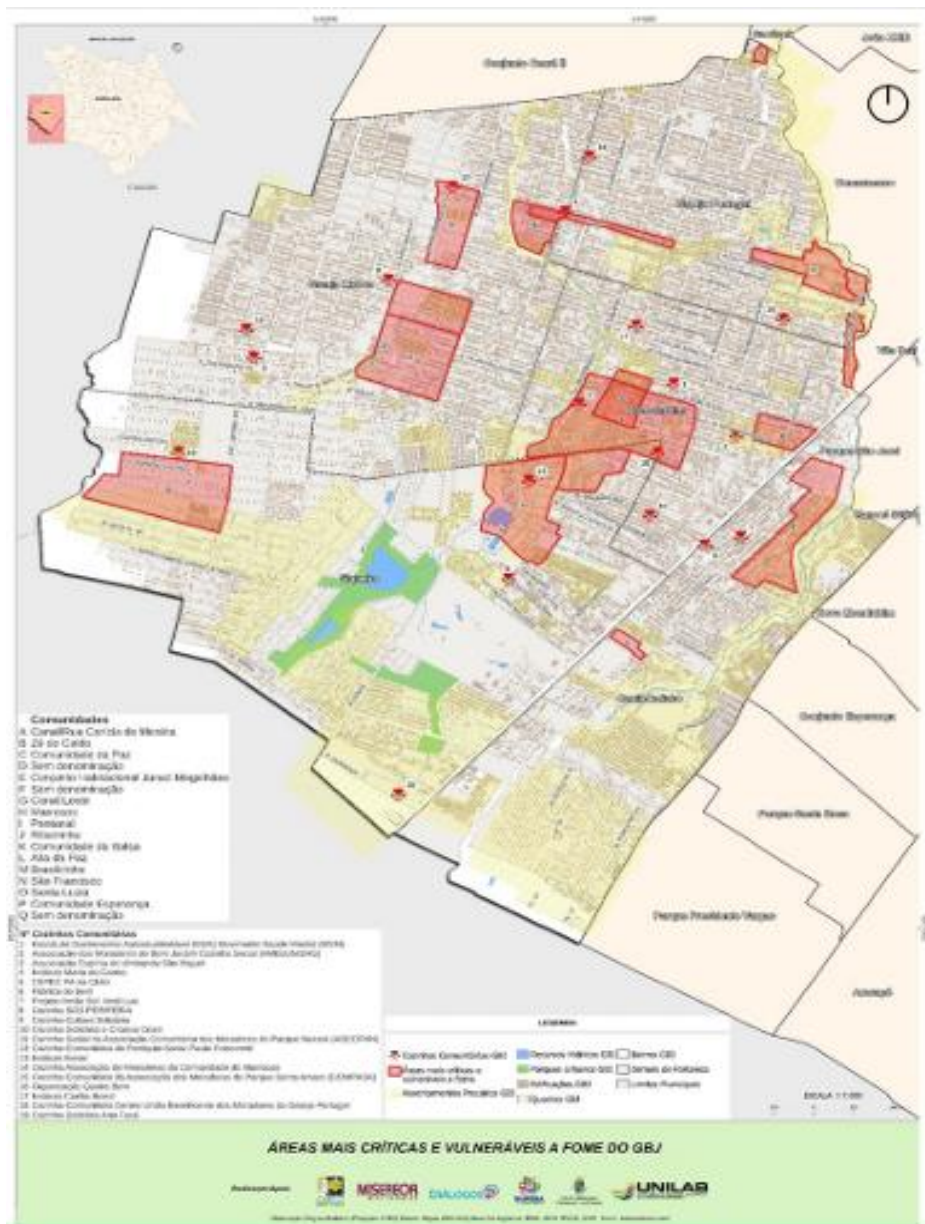
No início de 2020, o Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim (FEPGBJ), apresentou um documento à vice-governadoria, solicitando respostas e ações do Estado com a finalidade de prevenir homicídios na região, principalmente, face aos jovens e adolescentes no GBJ. Um dos itens do documento apresentado pelo Fórum desenhava a complexidade vulnerável de idas e vindas dos moradores em territórios faccionados da comunidade (Cavalcante *et al.*, 2021).

O FEPGBJ é resultado da união de 12 escolas estaduais, organizações do Terceiro Setor no GBJ, órgãos do Governo do Estado do Ceará e o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ). O Fórum é apoiado pelo VIESESUFCE e pelo Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade da UFC (LAPSUS-UFC). Essa conexão entre diversas organizações traduz o poder

de conexão e os emaranhados sociais que são construídos a partir das vulnerabilidades sociais apresentadas pelo GBJ, visto que “se reúnem para exigir reconhecimento e valorização, uma justiça mais abrangente que um direito específico, mas um direito à liberdade e à visibilidade política” (Butler, 2018, p. 33).

O Relatório/Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome no Grande Bom Jardim (Machado *et al.*, 2022), mapeou, recentemente, as áreas mais vulneráveis no território, sobressaindo-se o Canal Leste e o Pantanal no bairro Bom Jardim – figura 14.

Figura 14 - Áreas mais vulneráveis no território



Fonte: Machado *et al.* (2022).

Ao analisar as manchas vermelhas do mapa, tem-se a dimensão das áreas mais críticas e vulneráveis à fome no Grande Bom Jardim (GBJ). Um fato curioso sobre o bairro são as iniciativas da sociedade civil no que diz respeito ao combate à fome, visto que, segundo o Relatório/Mapa foram mapeadas 19 Cozinhas Comunitárias no GBJ (Machado *et al.*, 2022).

Compreende-se, então, que de certo modo, a localização do ateliê no bairro é estratégica, visto que está localizado numa das principais ruas da região, um corredor de pequenos comércios, vigiado por câmeras de segurança no espaço externo do equipamento. É salutar considerar que câmeras de segurança não constroem tanto quanto constroem há 10 anos atrás, mas registra com imagens o fluxo de pessoas no local.

Ao aplicar as perguntas, a servidora local informou haver mulheres vítimas de violência doméstica no local, inclusive, com ameaça à vida, no ateliê, mas que ao compartilhar a informação entre as mulheres, foi criada rede de empoderamento entre as companheiras para que a beneficiária não desistisse do Projeto nem abrisse mão da sua autonomia financeira, ao vender o que produz no espaço colaborativo.

Depois de explicado o exercício de direitos via promoção de políticas públicas: um panorama jurídico sobre o empoderamento do gênero feminino, contextualizado a política pública a ser avaliada, o Projeto Costurando o Futuro, e as conexões entre o território e a política, é dado início à Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS), que será a lupa de avaliação do Projeto.

5 AVALIAÇÃO COM BASE NA SUSTENTABILIDADE (ABS)

Antes de iniciar uma discussão acerca da ABS, é importante compreender o significado de avaliar, além de ser preciso entender o que são políticas públicas. Para Silva (2014), avaliação, etimologicamente, significa atribuir valor, denota parcialidade no julgamento, transparecendo seu viés político para o contexto analisado.

Na tentativa de apresentar um apanhado de conceitos de avaliação, são trazidos alguns conceitos de políticas públicas, na visão de Souza (2006),

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Políticas públicas, nesse ínterim, podem ser conceituadas como ferramentas públicas utilizadas para resolução de problemas coletivos, sendo relevante a atuação do Estado, da sociedade civil, da academia, de agências multilaterais e do setor privado, entre outros atores sociais, no processo de pesquisa e avaliação quanto à sua aplicação.

No que diz respeito à pesquisa, Silva (2014) considera que a pesquisa avaliativa desempenha três funções principais: técnica, política e acadêmica. Ainda segundo Silva (2014), a repercussão da avaliação iniciou seus caminhos com traços fiscalizatórios e policialescos. A perspectiva de uma avaliação de política pública é recente e coube aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha a vanguarda de sua evolução, segundo Rodrigues (2008), seguida da França, cujo próprio Congresso Nacional, na década de 1990, já apreciava demandas para atender a políticas.

Guba e Lincoln (1989) organizaram uma linha do tempo no que diz respeito à história da avaliação em quatro gerações. A primeira geração foi marcada pela rigidez na aplicação de testes, caracterizava-se pelo tecnicismo da mensuração aplicado à avaliação. Entretanto, esse modelo sofreu um rompimento em 1940, a partir das ações propostas por Tyler (modelo de avaliação por objetivos), expondo o que ficou conhecido como uma avaliação baseada em valores, o que se consubstanciou na segunda geração da avaliação, exigindo que o perfil do avaliador executasse uma descrição da realidade.

A terceira geração da avaliação, segundo os autores, nasceu com necessidade de aprimorar o modelo da segunda geração, configurando-se com aspectos do julgamento como

conteúdo da avaliação, atribuindo-lhe juízo de valor. O avaliador deixa de ser espectador da realidade, em resumo, inicia um julgamento da realidade avaliada.

A quarta geração, para Guba e Lincoln (2011), é uma construção a partir das outras três gerações de avaliação, considerando o território, os valores e o contexto em que a política está inserida. Em síntese, na quarta avaliação, o avaliador interage com as demandas para avaliá-las, com perfil construtivista responsivo. É considerada responsiva por desenvolver processos de busca por respostas às questões e por trazer a identidade das mais diversas versões entre os interesses envolvidos na elaboração da política pública.

Guba e Lincoln (2011, p. 86) arrematam:

Faz sentido considerar os interesses de todos os grupos que são colocados em riscos por qualquer avaliação. Faz sentido também proteger os interesses dos menos influentes contra a usurpação por parte dos mais influentes, como parte essencial do processo. Desse modo, a mudança de avaliação direcionada ao cliente para a avaliação direcionada ao consumidor e deste para o grupo de interesse não é tão sensível quanto alguém possa a princípio ser levado a acreditar, sem alguma percepção da história do desenvolvimento da avaliação enquanto disciplina. Essa mudança pode tornar a avaliação um processo mais complexo e desordenado, mas não um processo essencialmente distinto.

Enxergar a avaliação como um processo em constante construção colaciona-se à teoria de que o Estado, a partir das novas vertentes de avaliação de políticas públicas, passa a considerar novos atores e atrizes no processo de gestão de interesses e demandas locais, visto que podem ser encontrados no paradigma da "Nova Gestão Pública".

Esses traços neoliberais, identificados por Gussi e Oliveira (2016), podem imbricar em duas interpretações, sem esgotar tantas outras possíveis. A primeira é, quando permite novos atores na gestão pública, a avaliação permite, desta feita, descentralizar as atividades, as pressões e os interesses envolvidos.

A segunda e, nesta breve análise, última, é contra-hegemônica, pois permite ao Terceiro Setor a interlocução nas discussões políticas, com o surgimento de novas pautas e o fracionamento do viés administrativo, regulatório e gerencial do Estado.

O percurso avaliativo, no Brasil, toma força no início dos anos 1980, por meio da reforma do Estado, e nasce com características neoliberais. Para Rodrigues (2008), essa guinada neoliberal “[...] deveu-se, principalmente, à situação de dependência do país frente às agências financiadoras internacionais, como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID”.

É preciso frisar que o processo de retomada democrática é marcado pela ótica do golpe em que “[...] os agentes do Estado servem os dominantes econômica e simbolicamente, e servindo, se servem” (Bourdieu, 2014, p. 33). A citação de Bourdieu foi trazida para ilustrar

que essa tendência de avaliar o poder público foi marcada por lutas sociais que demandam transparência dos gastos públicos, além da universalização dos direitos sociais.

É revelador que o contexto político experimentado pelo Estado brasileiro traga consigo o perfil de análise das políticas públicas à época institucionalizadas e executadas. Nesse sentido, tem-se o documento "Prioridades 85", criado na década de 1985, a fim de "estabelecer condições para o desenvolvimento social" (Figueiredo e Figueiredo, 1986, p. 124).

O "Prioridades 85" transformou-se no I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República (Figueiredo e Figueiredo, 1986), em que à época apontava para duas direções: moralidade social e transparência. Aponta-se para o fato de que, durante a evolução do modo como se avalia uma política pública, os valores eficiência, eficácia e efetividade tomam espaço e em seu próprio prejuízo limitam-se, o que, em grande medida, sequer conseguem alcançar demandas sociais reprimidas.

Como forma de visualizar analiticamente esses três valores (eficiência, eficácia e efetividade) em política pública, colaciona-se conceitos de Arretche (2013, p. 128-131), de acordo com o qual compreende-se efetividade como "[...] o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados", como eficácia "[...] entende-se a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos" e, para compreender eficiência, a autora considera a avaliação como uma relação "[...] entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados".

Januzzi (2016) traz contribuições para o debate em virtude de afirmar que a "subjetividade e a parcialidade estão implícitas nas avaliações de programas", expondo os conceitos de justiça social e como chegar até ela pela ótica do agente avaliador. Com a descentralização das funções do Estado, Januzzi (2022, p. 258) afirma que está-se diante de um processo de "desregulamentação e descentralização da prestação de serviços públicos". Assim, compreende-se avaliação a partir da premissa de que "[...] avalia-se para conhecer e desta forma tal perspectiva retira o foco da avaliação dos atendimentos aos objetivos da política e centra-se no processo de sua concretização, ou seja, a vivência da política" (Rodrigues, 2008, p. 48).

Cabe pontuar que, até a década de 1930, segundo Fischer (1984, p. 278),

O administrador público era considerado um mero executor de políticas, dentro de princípios de eficiência, considerados não apenas o fim do sistema, mas também a medida de eficácia do mesmo. A partir dos anos 30 e da Primeira Guerra Mundial, o crescimento do aparato estatal influenciou na mudança do conceito de administrador, já então percebido como formulador de políticas públicas.

O processo de avaliação de políticas públicas não pode ser encarado meramente como uma ação técnica, mas sim como uma ação em que o administrador público é enxergado como ator político, posto que analisa criticamente diversos elementos sobre o mesmo interesse. Durante todo o processo, o administrador deverá considerar que a tomada de decisões “[...] fundamenta-se em valores e concepções sobre a realidade social partilhados pelos sujeitos da avaliação: demandantes, avaliadores, beneficiários e informantes; e contrapõe-se à ideia de neutralidade, não percorrendo um caminho único” (Silva, 2008, p. 114).

Ao falar de pessoas como cerne de políticas públicas, Sen (2000, p. 334) assevera que

Essa distinção tem uma influência prática significativa sobre a política pública. Embora a prosperidade econômica ajude as pessoas a ter opções mais amplas e a levar uma vida mais gratificante, o mesmo se pode dizer sobre educação, melhores cuidados com a saúde, melhores serviços médicos e outros fatores que influenciam causalmente as liberdades efetivas que as pessoas realmente desfrutam.

Por essa razão, compreende-se que políticas públicas tanto podem como devem construir ações de desenvolvimento social, integrando entre si dimensões de sustentabilidade, a fim de que a desigualdade, a miséria, a injustiça social e o mau uso dos recursos naturais não figurem como única herança de uma geração.

Nesse sentido, o conceito de sustentabilidade nasce, primordialmente, em dois grandes campos científicos, segundo Veiga (2010): na ecologia e na economia. Compreender que ambas as áreas se comunicam é considerar que o debate acerca de políticas públicas e sustentabilidade deverá ser norteado a partir delas.

Para compreender a forma como a sustentabilidade afeta as mais diversas áreas, Sachs (2002) lista oito dimensões como estratégia alternativa aos modelos econômicos já adotados: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional, não havendo prejuízo de nenhuma dimensão em relação à outra. O autor propõe uma visão holística do que representa viver em sociedade e remonta, mediante suas oito dimensões, a revolução agrária e a forma como o "pensar global e agir local" influenciam nossa forma de produzir e descartar. Entende-se que nesse novo paradigma

[...] a palavra desenvolvimento leva em conta não apenas o crescimento da atividade econômica, mas também as melhorias sociais, institucionais e a sustentabilidade ambiental, buscando, em última análise, garantir o bem estar da população a longo prazo, assegurando um meio ambiente saudável para as futuras gerações (IBGE, 2004, p. 332).

A sustentabilidade como abordagem de uma política pública enfatiza que não se deve perder de vista que o debate orbita entre pessoas, recursos naturais e a capacidade de

conectar-se coletivamente. Tomando como base o conceito de Sachs, segundo o qual são feitas reflexões sobre raça, gênero e classe (interseccionalidade), entende-se que a Agenda 2030 busca exatamente isso: o diálogo entre as instituições com a finalidade de construir sociedades pacíficas.

A avaliação de políticas públicas de acordo com as metas da Agenda 2030, no contexto brasileiro, dialoga com novas estratégias de se enxergar a ordem econômica mundial e propõe o rompimento com antigas formas de alcançar os resultados de uma política. Por essa razão, faz-se uso da Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS), visto que seus pilares estão também ancorados na Agenda 2030 (ONU, 2015).

Chacon e Nascimento (2020) consideram que a ABS visa trazer contribuições às estratégias de avaliação de políticas públicas que dialoguem com as complexidades que envolvem as relações e as demandas sociais. Essa avaliação deve ter como dimensões precípuas determinar se a política pública promove: solidariedade inter e intrageracional; superação da desigualdade em suas diversas manifestações; minimização dos danos à natureza, buscando a ecoeficiência baseada no princípio da precaução e na prevenção; e democracia participativa e a educação para a paz e para a sustentabilidade.

Desse modo, o Projeto Costurando o Futuro pode ser avaliado a partir de uma abordagem inovadora como a ABS, devendo-se verificar se, de fato, concretiza transformações sociais consideráveis quanto aos objetivos que se propôs a executar. Portanto, enunciados os critérios da ABS, segue-se à sua aplicação no Projeto Costurando o Futuro enquanto política pública, dividindo o texto em quatro aspectos, cada qual associada a uma das dimensões mencionadas pela ABS: social, ambiental, econômica e político-institucional.

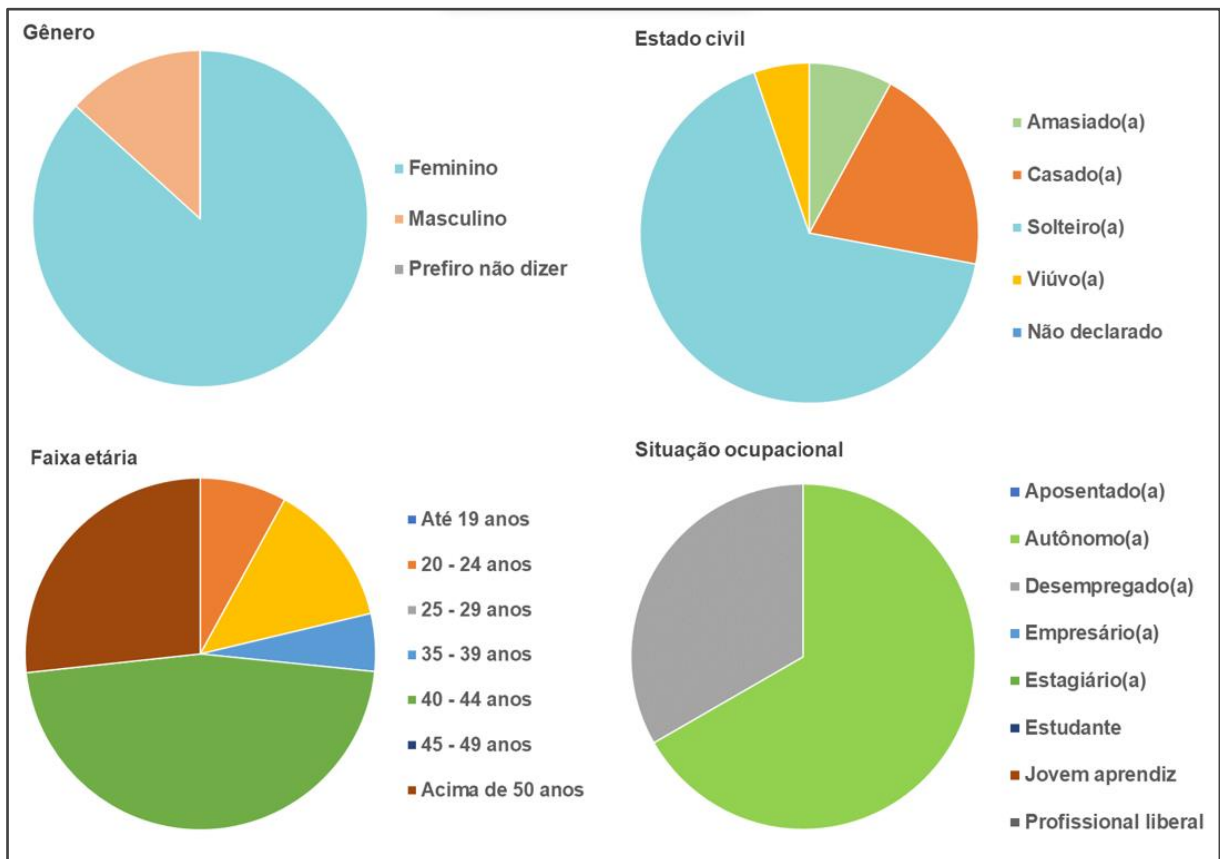
Nos tópicos a seguir, são trazidos os relatos gerados a partir das entrevistas, as quais foram realizadas no próprio espaço do projeto e agendadas a partir do horário disponível das participantes. Por essa razão, foram usados os dois turnos de uso do Ateliê Bom Jardim, manhã e tarde. Para fins de garantir o anonimato das pessoas entrevistadas, nos trechos dos relatos das entrevistas, os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios relacionados à costura.

Como o Ateliê é gerenciado de forma imediata por uma servidora pública, Rosângela Silva, a presença dela durante a realização das entrevistas foi essencial para melhor condução das perguntas e sugestões quanto à abordagem mais adequada para cada uma das entrevistadas, haja vista os diversos perfis em convivência no mesmo espaço. Em seguida, será realizada a análise da primeira dimensão desta proposta de avaliação, em que serão tratados os efeitos sociais da política pública avaliada.

5.1 Dimensão social

O público encontrado é predominantemente feminino, contabilizando 87% das entrevistadas, quase metade delas com faixa etária média entre 40 e 44 anos. Quando questionadas sobre o estado civil, mais da metade declarou-se solteira. A situação ocupacional auferida alterna entre mais de 60% declarando-se como autônomas e 33% declarou-se como desempregada. A figura 15 condensa os dados coletados nessa etapa.

Figura 15 - Características de gênero, faixa etária, estado civil e situação ocupacional das participantes

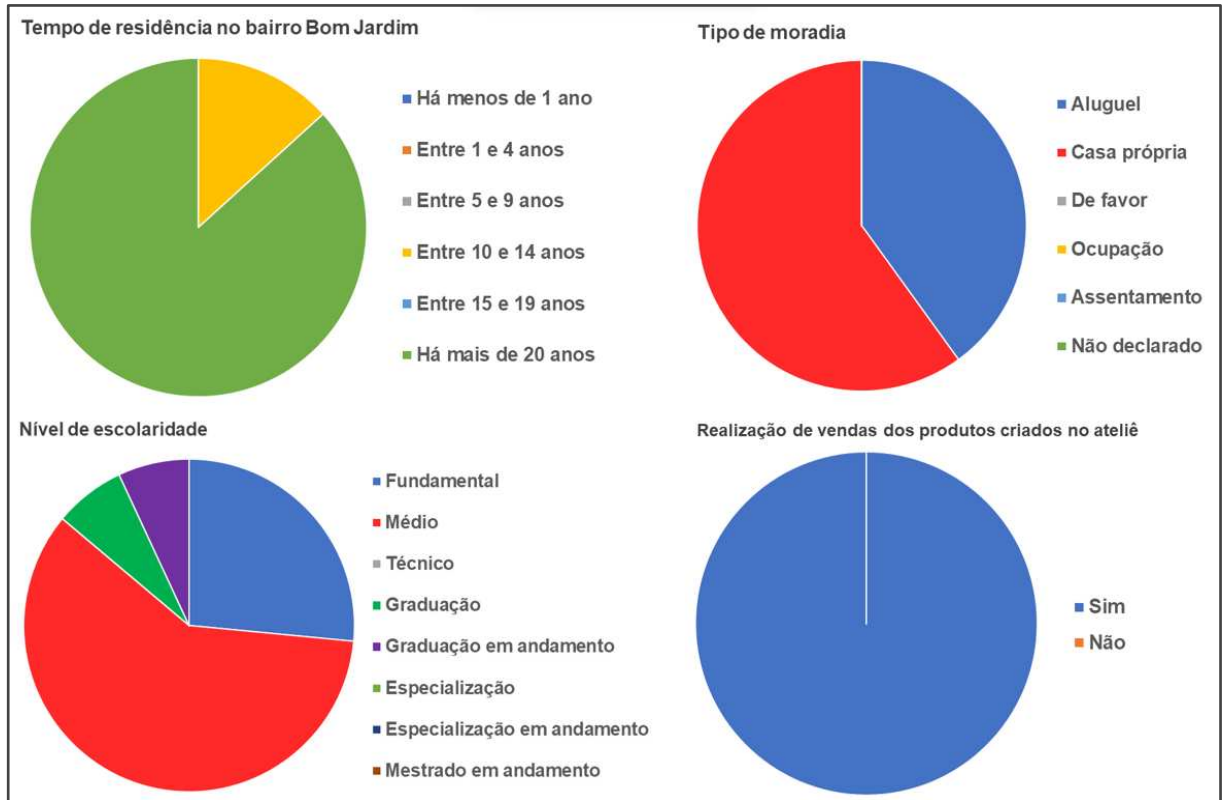


Fonte: Elaborada pela autora.

Quase 90% do total declarou viver há mais de 20 anos no território do Bom Jardim, subdividindo-se entre 60% delas residindo em imóvel próprio e 40% em imóveis alugados. No que diz respeito à escolaridade, 60% delas informaram ter o ensino médio completo, 27% ensino fundamental; poucas respostas informaram que alguma das entrevistadas tinha ensino

superior completo ou em andamento. Os dados complementares foram apresentados na figura 16.

Figura 16 - Dados complementares sobre as participantes



Fonte: Elaborada pela autora.

Um panorama interessante para compreender o perfil de escolaridade das atrizes entrevistadas, é a taxa de pessoas não alfabetizadas com 05 anos ou mais residentes nos bairros da Região do Grande Bom Jardim, respectivamente, Bom Jardim 12,06%, Canindezinho 12,97%, Granja Lisboa 13,15%, Granja Portugal 14,44% e Siqueira 14,57%. Estas proporções são maiores do que as do Brasil (10,92) e as de Fortaleza (8,36), segundo dados do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ, 2023).

A Algodão reside no território estudado há mais de 20 anos e, quando questionada sobre o uso do espaço e dos resíduos têxteis, comentou que "Quanto ao uso dos resíduos foi muito bom, tanto eu vim pra vender pra mim eu fiz para mim e pros meus filhos aumentar a renda. Depois que eu soube que existia esse ateliê eu vim até aqui, porque eu trabalhava com máquinas alugadas, incluindo as máquinas que eu não podia nem alugar, eu tava ganhando, vamos supor de 10% a 100%, e hoje eu usando aqui, aumentou a 70%".

Veludo, enquanto falava sobre o uso do espaço para confecção de itens para uso pessoal, sem fins lucrativos, trouxe a informação de que, entre as costureiras, há troca de saberes: "Consegui fazer blusas, colcha de cama, coisas que eu não sabia fazer e aprendi. Porque eu aprendi a mexer nas máquinas, que eu não sabia usar algumas delas e tá me ajudando bastante nessa caminhada".

Durante as entrevistas, no momento de intervalo entre uso das máquinas, as mulheres relataram que, durante a Pandemia por COVID-19 em 2020, tiveram que se desfazer das máquinas de costura que haviam adquirido após anos de trabalho em fábricas de confecção. É importante pontuar que há homens utilizando em igual condição o ateliê.

Lamentaram o valor de energia que pagavam e do valor pago para alugar uma máquina de costura, fato bem concentrado no discurso da Poliamida, que disse: "Eu consegui minhas máquinas de volta, que eu tinha vendido, vim através do projeto e agora eu já to com minhas máquinas em casa, mas continuo dentro do ateliê e só saio daqui quando for fechado".

A necessidade de locação de maquinário foi novamente mencionada. Quando Sarja foi questionada sobre o uso no Projeto, além da economia de energia, informou: "Hoje eu precisei de linha e me emprestaram, hoje eu vim e não tinha linha. Seria muito bom se as pessoas fizessem mais doações. Eu trabalhava numa área e vi que a demanda era muito grande a respeito do que estava vendendo e eu tive a oportunidade de estar no curso das mulheres guerreiras e a R. foi anunciar na sala a respeito do ateliê. Depois que eu comecei a fazer minhas peças e vender, foi muito bom porque até a economia de energia na minha casa".

O curso citado pela entrevistada é uma política pública da Prefeitura de Fortaleza que empresta crédito para compra de equipamentos, materiais e insumos, com carência de seis meses e pagamento em até 30 meses, sem juros. O termo curso foi citado porque é realizada uma capacitação de curta duração, oito horas, para que as beneficiárias aprendam a fazer o plano de negócios. Este item é necessário, como documentação, para solicitação do empréstimo.

Quanto à dimensão solidariedade inter e intrageracional, "justificada pelo postulado ético de solidariedade intrageracional e de equidade, materializada em um contrato social" (Sachs, 1995), o Projeto propôs promover estrutura de uso coletivo sem distinção de classe, raça, cor e gênero a pessoas de diferentes territórios, mesmo que afastados do Ateliê Bom Jardim.

Faz-se necessário pontuar que se trata de um direito fundamental estar inserido em políticas públicas que proponham redução das desigualdades sociais, direito esse que está posto na Constituição Federal de 1988, no artigo 5º inicia o Título II, chamado "Dos direitos e

garantias fundamentais” e estabelece os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

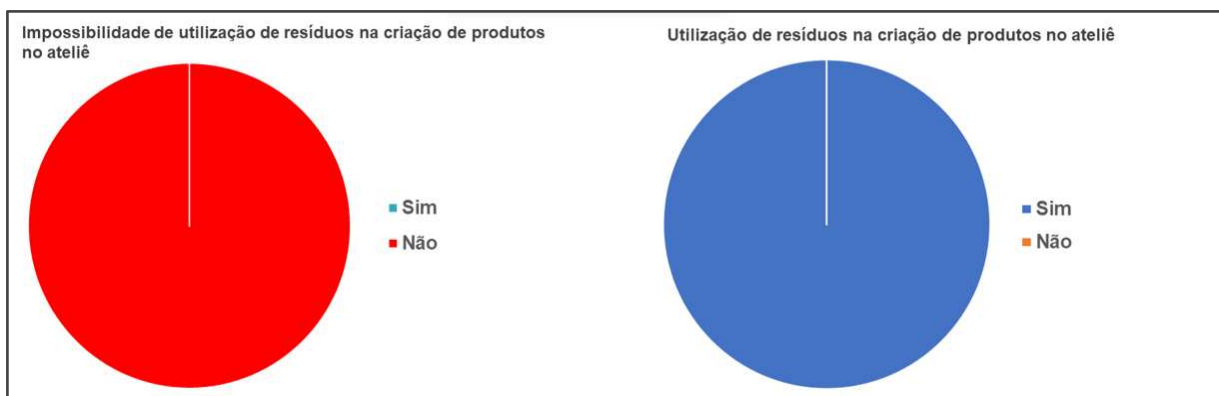
Verificou-se que foi efetivada a proposta, mas poderia haver maior reflexão sobre a necessidade de se adquirir novas máquinas a fim de ampliar o total de pessoas contempladas pelo Projeto, trocar as máquinas quebradas ou obsoletas em relação ao tipo de demanda que o mercado solicita, aumentando, dessa forma, o potencial de trabalho e geração de renda, o que, conseqüentemente, poderia contribuir para autonomia mais sólida, treinar a servidora pública que monitora o local para lidar com outras políticas públicas e encaminhar para outras iniciativas, como as de Terceiro Setor.

Há cartazes de outras políticas públicas da Prefeitura de Fortaleza no ateliê Bom Jardim, entretanto, não há diálogo imediato com outras políticas de outras secretarias municipais. Nesse contexto, inicia-se a análise da dimensão ambiental, que tem por objetivo avaliar os efeitos ambientais da política.

5.2 Dimensão ambiental

Quanto ao uso dos resíduos têxteis, as entrevistadas responderam perguntas sobre o uso do resíduo na confecção e venda dos produtos (figura 17 e 18). À medida que foram perguntadas quanto à venda de produtos manufaturados dentro do ateliê, todas as beneficiárias alegaram ter vendido o que produziram.

Figura 17 - Utilização de resíduos na produção de produtos



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 18 - Registro local de item produzido com vários retalhos doados ao ateliê



Fonte: Ateliê Bom Jardim (2022).

A Lã contou sobre o processo de construção de peças: "Eu já usufrui de vários tipos, já fiz umas colcha de cama, já fiz umas blusinha e várias coisas que eu não tinha nem ideia de como era pra fazer e eu acabei fazendo. Minha renda alterou um pouco".

Para Seda, o uso do material doado ao Projeto tem outra função: "Olha, foi muito bom, porque a gente utiliza retalho, elástico [...] faço colcha de cama para mim, fiz blusa para minhas filhas. Não vendi, mas foi pro meu uso e foi muito útil", complementando depois "Eu confecciono peças para uma fábrica e aí foi uma oportunidade muito legal, porque a gente tá economizando energia. Eu confecciono, vendo as peças e recebo dinheiro. Mesmo com máquinas em casa, vou pro ateliê".

Todas as entrevistadas responderam ter utilizado resíduos têxteis em algum momento da produção de peças, entretanto, Linho fez uma ponderação acerca do volume de retalhos colocados à disposição das costureiras: "[...] seria muito bom se tivesse mais doações".

Há iniciativas que enxergam nos resíduos um potencial muito interessante, como é o caso do “Banco do Vestuário”, iniciativa da Prefeitura de Caxias do Sul (2023). Por meio da Fundação Caxias, o Banco recebe como doação resíduos têxteis da indústria, tais como rolos de tecido, retalhos em boas condições, medindo, no mínimo, 30x30 cm, além de receberem aviamentos, linhas de lã e máquinas de costura (Ross; Silva; Carli, 2012).

Essa iniciativa propõe a promoção da ecoeficiência de forma macro e movimentar iniciativas da sociedade civil, do terceiro setor e do poder privado.

Segundo Sisino, Rizzo e Santos (2011), a ecoeficiência aplicada ao gerenciamento dos resíduos sólidos visa a:

- a) reduzir a geração de resíduos sólidos, identificando, eliminando ou monitorando as fontes de geração;
- b) reduzir a geração de resíduos sólidos perigosos, substituindo matérias-primas ou insumos tóxicos;
- c) reduzir os custos relacionados ao gerenciamento/tratamento dos resíduos inevitavelmente gerados;
- d) reduzir a ocorrência de áreas impactadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos;
- e) reduzir a ocorrência de áreas comprometidas pela disposição de resíduos sólidos;
- f) reduzir os riscos ambientais e ocupacionais relacionados às atividades de gerenciamento de resíduos/áreas impactadas.

Propor a conexão entre resíduos têxteis e ecoeficiência significa apoiar o processo de emancipação do cidadão, uma vez que a ele será ofertada a chance de compreender os impactos do uso indiscriminado do material de produção. Além de proporcionar uma mudança de cultura, seja no ambiente de trabalho ou em casa, quanto à utilização de recursos naturais.

Quanto à dimensão minimização dos danos à natureza, buscando a ecoeficiência baseada no princípio da precaução e na prevenção, a proposta de reutilização de resíduos têxteis cumpriu o que se propôs. Os resíduos têxteis são doados por pequenas indústrias inseridas próximo aos ateliês. Está-se diante de uma perspectiva da circularidade e da cooperação dessas pequenas iniciativas produtivas entre o setor público, privado e a sociedade civil na redução

dos impactos ambientais, já que tem um movimento de dependência do encaminhamento dos resíduos para a política pública.

A distribuição dos retalhos e tecidos é realizada em todos os ateliês, principalmente no bairro Bom Jardim. A produção local destina-se, em grande maioria, a tapetes, trapos, sutiãs, croppeds, calcinhas, itens de decoração como bonecas de pano, animais de estimação e bolsas. Observa-se que há um diálogo educativo da servidora local com os usuários do ateliê, quanto ao uso cuidadoso e consciente do material disponível.

Quando questionada sobre controle de saída dos resíduos têxteis, foi informado pelas costureiras que não havia limitação por quilo de peças ou tipo de tecido, podendo ser observado que há estímulo à circularidade, mas sem muita clareza sobre como são esses processos dentro da política pública avaliada ou como as ações do projeto poderiam reduzir de forma mais intensiva os impactos ambientais.

Promover momentos em parceria com a Autarquia de Paisagismo e Urbanismo de Fortaleza (Prefeitura de Fortaleza, 2023), que tem por competência a conservação e manutenção do ambiente natural da cidade de Fortaleza, por exemplo, para dialogar sobre circularidade e seus impactos no bairro, na prevenção de alagamentos, de poluição.

Esse processo de tomada de consciência, para as costureiras/beneficiárias do projeto em torno das potencialidades do projeto e do envolvimento delas nesse processo de redução dos impactos é crucial para a durabilidade do projeto e da proposta de promoção de sustentabilidade, dentro da dimensão ambiental, neste caso.

Diante disso, inicia-se a análise da dimensão econômica, cujo principal escopo será avaliar o desenvolvimento econômico provocado pelo Projeto Costurando o Futuro.

5.3 Dimensão econômica

Em relação à venda dos artigos fabricados no Projeto, as atrizes envolvidas responderam sobre qual a média de preço que conseguiram vender os objetos criados – figura 19. Os preços listados em pergunta variaram de R\$ 1,00 (um real) a R\$ 1.000,00 (hum mil reais), porém, as respostas foram: 53,3% das entrevistadas precificaram e venderam suas mercadorias entre R\$ 10,00 (dez reais) e R\$ 100,00 (cem reais) e 46,7% venderam sob o preço variável entre R\$ 1,00 (um real) e R\$ 10,00 (dez reais).

Figura 19 - Venda dos produtos e impacto na renda



Fonte: Elaborada pela autora.

A última pergunta da entrevista foi se a renda dessas pessoas foi alterada de alguma forma após a venda dos artefatos criados em ateliê e 100% das entrevistadas responderam que sim. Algumas entrevistadas alegaram economia de energia pelo uso reiterado das máquinas de costura no ateliê, como diz Malha: "A mudança foi que a economia da energia na minha casa. A experiência que aqui eu fabrico minhas peças, a gente é presenteada com o box na beira mar, vendo minhas peças lá também".

A entrevistada Viscose informa que foi presenteada com um box na orla da Beira Mar de Fortaleza, este comentário foi realizado porque a Prefeitura de Fortaleza, além do espaço físico dentro do território, disponibiliza um box exclusivo para uso rotativo pelas beneficiárias do Projeto. A oportunidade é dada mediante prévio cadastro, sendo necessário preenchimento de formulário requerendo uma vaga; a seleção é por ordem de inscrição e o uso se dá durante uma semana das 16 horas até as 22 horas.

Em grande medida, segundo Sachs (2004), o processo de crescimento econômico fomentado pelas forças de mercado resulta, mesmo quando é bem-sucedido do ponto de vista econômico, em repercussões sociais danosas: vulnerabilidades sociais se agravam, a riqueza se concentra nas mãos de uma minoria, à medida que uma parcela considerável da população é marginalizada.

Quanto à dimensão superação da desigualdade em suas diversas manifestações, o PCF consegue garantir ferramenta de trabalho a pessoas sem muita experiência com economia criativa, inserindo as pessoas cadastradas em outras políticas da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE), como o Programa Fortaleza Mais Futuro, entre outros programas de capacitação, emprego e renda.

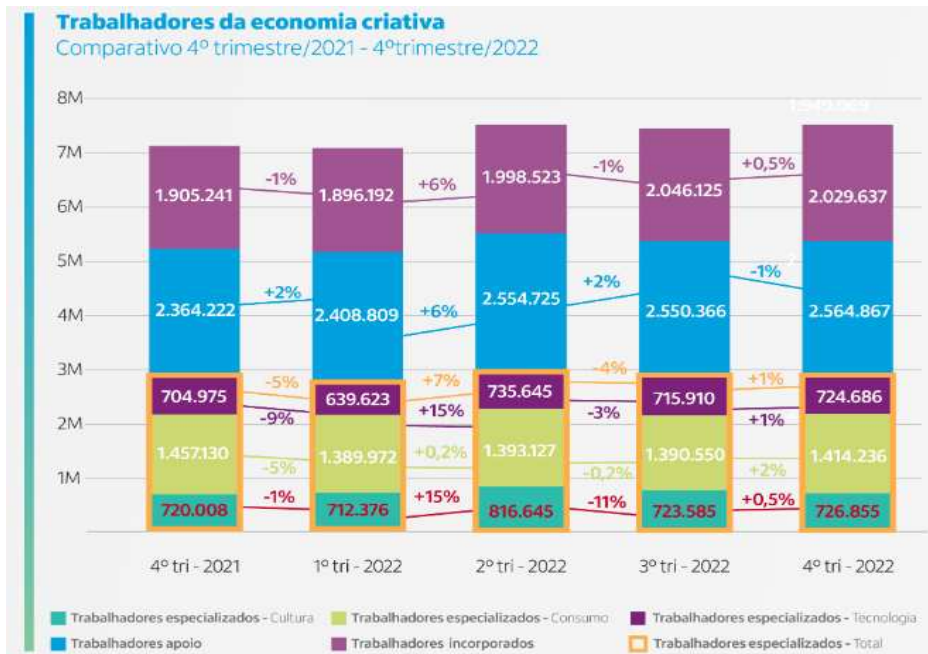
A economia criativa, segundo o Observatório da Fundação Itaú Cultural (2023), gerou aumento de 4% no seu nível de emprego entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2021, foram gerados 308 mil novos postos de trabalho. A evolução desses dados pode ser observada nas figuras 20, 21 e 22:

Figura 20 - Evolução dos postos de trabalho na economia



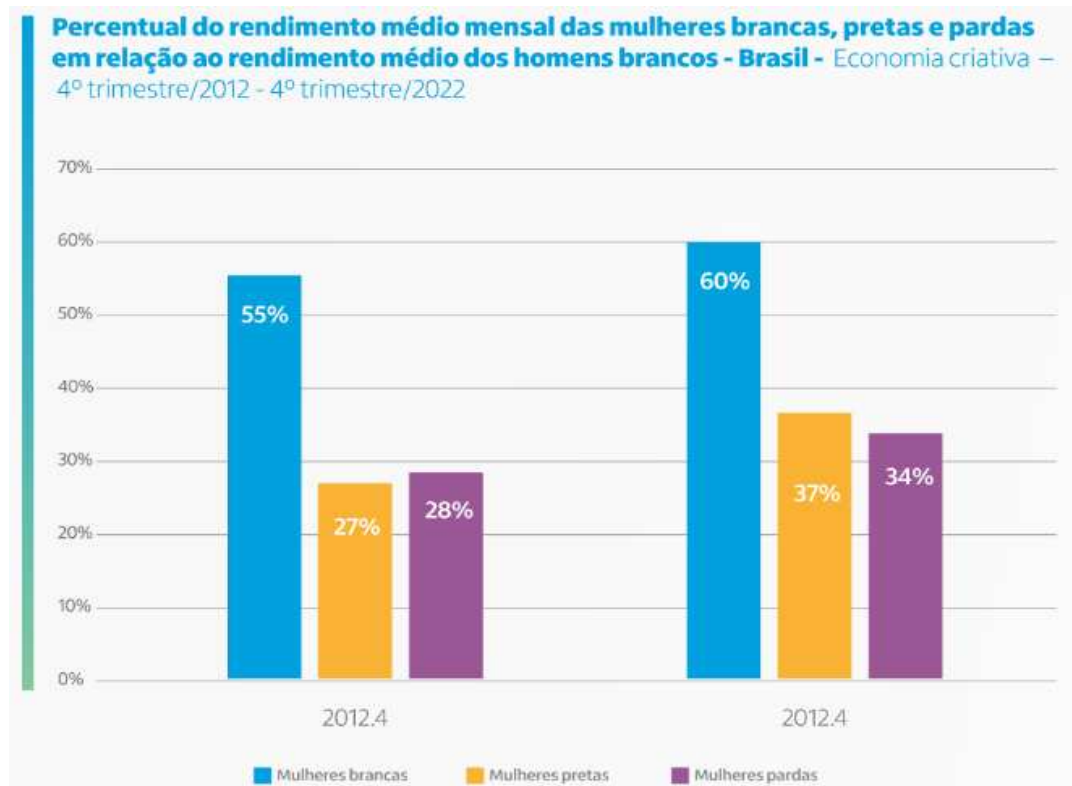
Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural (2023).

Figura 21 - Trabalhadores da economia criativa



Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural (2023).

Figura 22 - Percentual do rendimento médio mensal das mulheres brancas, pretas e pardas em relação ao rendimento médio dos homens brancos - Brasil



Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural (2023).

Nesse sentido, é preciso enxergar para além das paredes do Projeto e mensurar as suas reais potencialidades de política pública que encontra suas bases também na economia criativa. Segundo o Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural (2023), estima-se que metade das mulheres pretas e pardas do setor da economia criativa conseguem contribuir com os encargos da previdência social, traduzindo um cenário nacional vulnerável para as minorias sociais.

Pode-se concluir, entretanto, que o Projeto ameniza, mas não reduz desigualdades, ao passo que as questões que envolvem vulnerabilidade e desigualdade social no território em que o Ateliê está instalado são estruturais, interdisciplinares e interinstitucionais, permitindo que esta avaliação seja realizada por intermédio da ABS. Sendo válido salientar que o Projeto Costurando o Futuro, pode, futuramente, contribuir para maior redução de desigualdades e vulnerabilidades, desde que amparado a outras iniciativas, consoante o próximo item.

5.4 Dimensão político-institucional

Quanto à dimensão democracia participativa e a educação para a paz e para a sustentabilidade, percebeu-se que parte das mulheres vivenciam diferentes tipos de violência e que o espaço também é arena de debate, rede de apoio e compartilhamento de saberes por meio da costura. Esse movimento pode independer de ação da gestão do ateliê, posto que é criada a partir da simbiose e empatia das pessoas que circulam dentro dele.

Durante as entrevistas desta pesquisa, não ficou claro se os ateliês, antes de serem implantados, dialogavam com políticas e iniciativas locais já existentes, como é o caso de cartazes divulgando outras políticas, mas não havia maiores informações, retomando a mesma questão enfrentada no início do Governo Tasso Jereissati, quando da implantação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDs), oportunidade em que eram monitoradas, representadas e articuladas iniciativas de gestão participativa com finalidade de fomentar o desenvolvimento sustentável.

A inclusão dessas atrizes envolvidas no Projeto como processo de gestão participativa dos ateliês consagraria princípios caros à Constituição Federal de 1988, como a cidadania, na qual o artigo 1º prevê que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988). A dimensão de uma gestão participativa dentro dos ateliês, com vias de promoção de uma educação pacificadora e sustentável, pode romper ciclos de violência e disseminar a emancipação de fato dessas pessoas.

A emancipação é tão relacional como o poder contra o qual se insurge. Não há emancipação em si, mas antes relações emancipatórias, relações que criam um número cada vez maior de relações cada vez mais iguais. As relações emancipatórias desenvolvem-se, portanto, no interior das relações de poder, não como resultado automático de uma qualquer contradição essencial, mas como resultados criados e criativos de contradições criadas e criativas (Santos, 2001).

Durante as entrevistas, pode-se perceber não haver preparo da SDE para o público LGBTQIA+, também presente entre os usuários do ateliê Bom Jardim. A conexão do Projeto com políticas públicas de outras Secretarias municipais e estaduais poderia aproximar direitos, permitir monitoramento de ações e resultados e, ainda, permitir longevidade ao ateliê, configurando um envolvimento interinstitucional sistêmico, capaz de articular órgãos em diferentes áreas temáticas.

Coloca-se em pauta a sustentabilidade política, haja vista que em 2024 haverá novas eleições municipais e uma das questões levantadas pelas atrizes entrevistadas é sobre a

continuidade do Projeto. Os anos que marcam as transições de governo são os que mais vulnerabilizam boas políticas públicas, sob a ameaça perene de criar novas ações não necessariamente mais eficazes e de impactos de curta ou média duração.

Freitas (2016) arremata que sustentabilidade é princípio ético-jurídico que oferece condições razoáveis para as gerações atuais e futuras; é valor constitucional supremo além de ser o objetivo fundamental da República (interpretação e prática do Direito). Posto isto, é preciso ponderar sobre para onde irão as máquinas de costura após 2024, quais serão os encaminhamentos institucionais que a SDE sob nova ou sob a mesma gestão dará ao Costurando Futuro. Questiona-se se não é chegado o momento de um mapeamento qualitativo e quantitativo mais robusto de modo que essas pessoas não fiquem à margem das novas gestões municipais.

Há instituições da sociedade civil que poderiam colaborar com o Projeto (CCBJ, 2023), atualmente, como:

- a) Conselho Comunitário Dos Moradores Do Parque Santa Cecília;
- b) Coletivo Bom Jardim na Luta;
- c) Circulando e Interagindo;
- d) Associação Milton Marreiro do Grande Bom Jardim;
- e) Projeto Filhos do Rei;
- f) Espaço Raio Luz;
- g) Associação dos Moradores da Comunidade do Marrocos - AMCM;
- h) Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim.

Essas instituições poderiam tanto dar visibilidade ao ateliê dentro do território quanto integrar as programações anuais promovidas por cada uma delas na sua individualidade, além de sinalizar à comunidade local que aquele espaço é seguro e que pode fazer parte da memória afetiva do bairro.

A listagem das instituições supra indicadas foi mapeada pelo Projeto Fortalecendo Redes, do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) é uma iniciativa gerida pelo Instituto Dragão do Mar (IDM) por meio do Núcleo de Articulação Técnica Especializada – NarTE, e tem por “objetivo de potencializar as iniciativas sociais que atuam no território, fortalecendo o vínculo para além do espaço físico do CCBJ”.

O bairro, além do emaranhado de instituições da sociedade civil, organiza-se quanto às festividades anuais, como a quadrilha junina “Meu Dengo”, criada em 2018, com o objetivo de resgate cultural, estudo das culturas tradicionais e populares do Ceará (Albuquerque, 2023). Quando se fala em integração entre outras políticas, diz-se de ir a fundo no território, entender

que esses movimentos de economia criativa podem inclusive fortalecer o trabalho das usuárias do ateliê, como confecção de fantasias e adornos, por exemplo.

Finalmente, essas iniciativas culturais e sociais, como as supracitadas, poderiam alargar as paredes do ateliê Bom Jardim e, mesmo se houver descontinuidade no Projeto, essas pessoas poderão migrar para dentro do próprio território por meio de iniciativas da sociedade civil, do Terceiro Setor, do Estado e do Governo Federal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao avaliar o Projeto Costurando o Futuro por meio das lentes da ABS, percebe-se que há várias questões a serem analisadas, as quais devem ser pontos de atenção para a gestão pública.

Fala-se em inclusão produtiva, mas surgem questões como: quanto uma pessoa precisaria ganhar para ser incluída produtivamente? Qual seria o mínimo a ser produzido com resíduo têxtil e vendido a preço justo para incluir uma pessoa inserida em um território emaranhado de questões sociais críticas, como violência urbana, doméstica e financeira, baixa escolaridade, questões psicológicas e de saúde física?

No que diz respeito à verificação quanto à política pública estar pautada na inclusão produtiva ou na economia circular, conclui-se que a avaliação dos resultados acerca da inclusão produtiva levanta mais perguntas do que encontra soluções nas ações esquematizadas pelo Projeto, em que pese afirmar, a política avaliada não está pautada na inclusão produtiva, mas na capacidade das usuárias do ateliê Bom Jardim terem autoestima e se sentirem capazes de transpor as limitações estruturais que as cercam.

A informação pouco esclarecida acerca da precificação dos produtos faz com que essas atrizes vendam sua produção a preços baixíssimos, sob a demanda imediata de ganhar o que puderem para prover a alimentação e o sustento da própria casa. Esta equação não é de culpados, não cabe, portanto, questionar se é quem vendeu barato demais ou quem comprou usurpando da pouca instrução de quem colocou os produtos à venda.

Esse escoamento acelerado de produtos endossa a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana de Milton Santos, inserindo essas mulheres no circuito inferior, conferindo maior vulnerabilidade a elas e expondo a fragilidade das políticas ditas conexas ao Costurando o Futuro, como o Programa Nossas Guerreiras que, no escopo da proposta, afirma orientar plano de negócios, além do fato de que nem todas as costureiras estão inseridas no Programa.

O panorama financeiro em que se encontram as atrizes entrevistadas nesta pesquisa é de quase 35% de pessoas desempregadas e com mais de 40 anos, sendo um dado alarmante posto que o mercado é etarista e vai ao encontro da realidade brasileira na qual, majoritariamente, emprega faixa inferior a 10% do público com mais de 50 anos (Brasil, 2023).

Quanto à sustentabilidade, nota-se que não há consciência de fato sobre os reais impactos da atuação do Projeto fora da rede local de economia criativa, além da desconexão com outras políticas do próprio município e do Estado. No local, percebe-se muito mais pessoas

com ânsia de aprender o básico com o mínimo de recurso, para conseguirem lucrar o que puderem a fim de sobreviver.

Um dos resultados da entrevista revelou que as costureiras se identificam como autônomas, quase 60% delas alegam ser empreendedoras, sem identificar se foram formalizadas ou não. Esse aspecto da informalidade revela a imensa vulnerabilidade dessas mulheres, principalmente sob a visão romântica capitalista de que estão empreendendo.

A compreensão sobre como as políticas públicas se alinham com a promoção de direitos e a superação de desigualdades encontra suas bases na Constituição Federal de 1988 e em Planos Municipais, como o Plano Fortaleza 2040, entretanto, o município peca ao não aproximar os dados primários gerados pelo cadastro no Projeto com as políticas públicas da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), por exemplo. Entende-se que a SDHDS e tantas outras secretarias poderiam fazer visitas periódicas ao Projeto, conectar estratégias e ações, inclusive com as iniciativas de Terceiro Setor já existentes no bairro Bom Jardim.

Em que pese propor, é salutar pontuar a importância da economia circular como forma de articular as questões sociais e ambientais, sendo necessário refletir posteriormente sobre a revisão do amparo legal dado ao Projeto pela Câmara Municipal de Fortaleza (CMF), já que a sustentabilidade é um princípio constitucional brasileiro e que encontra suporte nos compromissos internacionais.

Ademais, há medidas que podem colaborar para a sustentabilidade do projeto dentro da comunidade, como diálogo com a Rede de Desenvolvimento Local do Grande Bom Jardim, conferindo ao projeto ações estratégicas de gestão participativa e até mesmo de divulgação das oportunidades trazidas por ela.

A avaliação do Projeto Costurando o Futuro por meio da ABS permitiu romper com uma visão hegemônica e romantizada de que a mulher vulnerabilizada, para além de todas as limitações de renda, cor e raça, seria a única responsável pela sua condição social. Por essa razão, considera-se que o Projeto não consegue responder integralmente às questões trazidas.

Pode-se apontar um encastelamento do Projeto quanto às políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, em grande medida, em razão do rompimento político entre a Prefeitura de Fortaleza e o Governo do Estado nas Eleições de 2022. O que não se compreende ao decorrer desta pesquisa são as motivações quanto aos locais onde os Ateliês são instalados ou mesmo quanto de resíduos têxtil já receberam, qual a métrica utilizada para distribuir entre os ateliês e qual a porcentagem real de aproveitamento deles.

Essa pesquisa pode contribuir para sinalizar a necessidade perene de toda política pública que é a interdisciplinaridade. Se o Projeto Costurando o Futuro, na experiência do Ateliê Bom Jardim, propusesse conexões mais profundas com a comunidade local, com as redes já existentes no território, com as iniciativas frutíferas ou infrutíferas vivenciadas na Região do Grande Bom Jardim, pode-se acreditar no fortalecimento do desenvolvimento econômico, social, de iniciativas de proteção ambiental e pautas político-institucionais explicitados pela ABS.

Há uma relação indissolúvel entre desenvolvimento sustentável e políticas públicas e essa relação interdisciplinar contempla dimensões sociais, ambientais, econômicas e político-institucionais dentro do Projeto Costurando o Futuro no Ateliê Bom Jardim.

Entretanto, há de se admitir que o bairro Bom Jardim é um celeiro de economia criativa na cidade e que, apesar da distância até o centro da cidade e da confusão sobre o que de fato o Projeto pode representar, é inegável que a aproximação dessas mulheres as empodera em relação a todo o processo produtivo, desde as mulheres que, após a entrada no Projeto, puderam criar, vender e adquirir a própria máquina de costura, até mulheres que, finalmente, se veem na missão de vender aquilo que produziram, além de criarem novas redes de apoio entre si, de ordem psicológica, cultural, econômica e territorial.

Por fim, considerar que a Avaliação de políticas públicas com Base na Sustentabilidade (ABS) nas dimensões social, ambiental, econômica e político-institucional evoca questões que as demais propostas de avaliação não conseguem visualizar de forma tão coletiva e responsável para com as próximas gerações. Ademais, as dimensões trazidas não se limitam à ecologia, posto que coexistem em sintonia e com transparência legítima.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Adriana. **Potencial urbanístico e representatividade social do Bom Jardim têm contribuído para o desenvolvimento da Capital**. 2023. Disponível em: <https://www.cmfor.ce.gov.br/2023/09/14/potencial-urbanistico-e-representatividade-social-do-bom-jardim-tem-contribuido-para-o-desenvolvimento-da-capital/>. Acesso em: 05 nov. 2023.
- ALBUQUERQUE, C. G. **Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- ALBUQUERQUE, P. C. de; LIMA, F. A. X.. Políticas públicas de sustentabilidade em Fortaleza, CE. **Interações (Campo Grande)**, v. 24, n. 2, p. 521–535, abr. 2023.
- ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006. Tradução de Virgílio Afonso da Silva.
- ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- AMORA, Z. B. Indústria e espaço no Ceará. *In: SILVA, J. B. et al. (orgs). Ceará: um novo olhar geográfico*. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- ANDRADE, E. M. *et al.* Contribuições e barreiras à implementação da economia circular: o caso das iniciativas brasileiras para a inovação e a sustentabilidade. *In: Anais do 25th APDR Congress*. Lisboa, 2018.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ARRETCHE, Marta TS. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 1, n. 1, p. 126-133, 2013.
- Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT. **Perfil do Setor**. 2023. Disponível em: <https://abit.org.br/cont/perfil-do-setor>. Acesso em: 14 out. 2023.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. **Norma Brasileira ABNT NBR 10004: resíduos sólidos – classificação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <https://analiticaqmresiduos.paginas.ufsc.br/files/2014/07/Nbr-10004-2004-Classificacao-De-Residuos-Solidos.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.
- BARROS R.; MENDONÇA R.; TSUKADA, R. **Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil**. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Chamada para Debate, 2011. Disponível em: https://issuu.com/sae.pr/docs/portas-de-erradica__o-da-extrema-pobreza. Acesso em: 23 out. 2023.
- BERNARDI, Luiz Antonio. **Manual de Formação de Preços**. São Paulo, Atlas, 2004.

BESHARATI, N. A. **Common goals and differential commitments: the role of emerging economies in global development.** Discussion Paper, n. 26. Bonn: DIE, 2013.

BESWICK, Constance. **Scaling circularity: a policy perspective.** 2022. Disponível em: <https://globalfashionagenda.org/news-article/scaling-circularity-a-policy-perspective/>. Acesso em: 29 out. 2023.

BETHÔNICO, Thiago. Bancos de desenvolvimento adotam critérios ESG para liberar crédito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jan. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/bancos-de-desenvolvimento-adotam-criterios-esg-para-liberar-credito.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BOULDING, K.E. The Economics of the Coming Spaceship Earth. *In*: JARRET, H. (ed.). **Environmental Quality in a Growing Economy.** Baltimore: Resources for the Future Inc. & The Johns Hopkins Press, 1966.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL, Cristina Indio. Etarismo dificulta inserção de maiores de 50 anos no mercado: Pesquisa diz que de 6% a 10% das empresas têm funcionários nesta faixa. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 15 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-06/etarismo-dificulta-insercao-de-maiores-de-50-anos-no-mercado&sa=D&source=docs&ust=1695393076856399&usg=AOvVaw3ehdI6kVtFw3a11CF-P2rc>. Acesso em: 03 set. 2023.

BRASIL. [Constituição]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 26 de outubro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Lei Complementar Nº 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Diário Oficial da União**, de 11 de junho de 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp14.htm. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 3 de agosto de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso: 2 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 8 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Medida Provisória Nº 132, de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 21 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/132.htm. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Portal da Transparência**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-de-dados/auxilio-emergencial>. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. **Receber o Bolsa Família**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/receber-o-auxilio-brasil-pab>. Acesso em: 14 out. 2023.

BRUMATTI, T. O trabalho domiciliar feminino em Terra Roxa/PR. In: VI Seminário do Trabalho, 2008, Marília. CD - ROM.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Câmara Municipal de Fortaleza - CMFOR. **Conjunto de territórios consolidados**. 2019. Disponível em: <https://www.cmfor.ce.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/Territorios-consolidados-1920x1357.jpg>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011.

CASTRO, Biancca Scarpeline de *et al.* Avaliação das fontes potenciais de financiamento para projetos de caráter ambiental relacionados aos ODS no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 29-45, 2019. Disponível em: <https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/article/view/358/227>. Acesso em: 23 out. 2023.

CASTRO, Jorge Abrahão de *et al.* **Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis**: uma análise exploratória. 2010.

CAVALCANTE, Laisa Forte *et al.* Fórum de Escolas do Grande Bom Jardim: práticas de enfrentamento à violência armada em territorialidades escolares de periferias de Fortaleza. **DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, [S. l.], n. 30, p. 30-50, 2021. Disponível em: <https://ccbj.redelivre.org.br/grande-bom-jardim-territorio-e-contexto-social/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

CEARÁ. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Ceará**. Diário Oficial do Estado, de 5 de outubro de 1989. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70432/CE_CE_EC_098-2019.pdf?sequence=19&isAllowed=y. Acesso em: 28 out. 2023.

Centro Cultural Grande Bom Jardim – CCBJ. **Articulação comunitária**. 2023. Disponível em: <https://ccbj.org.br/narte/eixos-de-atuacao/articulacao-comunitaria/>. Acesso em: 03 nov. 2023.

Centro Cultural Grande Bom Jardim – CCBJ. **Grande Bom Jardim** – território e contexto social. 2023. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://ccbj.redelivre.org.br/grande-bom-jardim-territorio-e-contexto-social/&sa=D&source=docs&ust=1698675527587141&usg=AOvVaw292Kwd3HC3QSW6FuWN8YF2>. Acesso em: 04 set. 2023.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

CHACON, Suely Salgueiro; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do. Para além do (pré)conceito e do discurso: proposta de avaliação de políticas públicas com base na sustentabilidade. **Revista Aval**, Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 62-87, jul./dez. 2020.

CIRCULAR ECONOMY PORTUGAL. **Sobre economia circular**. 2023. Disponível em: <https://circulareconomy.pt/sobre-economia-circular/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS. **Ecoeficiência**. 2007. Disponível em: <http://www.cebds.org.br/cebds/eco-rbe-ecoeficiencia.asp>. Acesso em: 16 jun. 2022.

CULTURA e Sustentabilidade. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 04 de novembro de 2004. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2004/11/04/noticiasjornalvidaarte,415875/culturaebsustentabilidade.shtml>. Acesso em 28 out. 2023.

DE ROSS, G. E.; DA SILVA, F. P.; DE CARLI, A. M. S. Transformando resíduo em benefício social: Banco do Vestuário. In: DE CARLI, A. M. S.; VENZON, B. L. S. **Moda, sustentabilidade e emergências**. Caxias do Sul: Educs, 2012. p. 67-84.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher, Março - 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.

Ellen MacArthur Foundation - EMF. **O diagrama de borboleta: visualizando a economia circular**. 2023. Disponível em: <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/pt/o-diagrama-de-borboleta>. Acesso em: 29 out. 2023.

Ellen MacArthur Foundation - EMF. **O que é a economia circular?** 2023. Disponível em: <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/pt/temas/economia-circular-introducao/visao-geral>. Acesso em: 29 out. 2023.

Ellen MacArthur Foundation - EMF. **Uma economia circular no Brasil**: uma abordagem exploratória inicial. 2017. Disponível em: https://archive.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/languages/Uma-Economia-Circular-no-Brasil_Uma-Exploracao-Inicial.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **Reflection paper towards a sustainable Europe by 2030**. 2019. Disponível em: https://commission.europa.eu/system/files/2019-02/rp_sustainable_europe_30-01_en_web.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, vol. 1, n. 3, p. 107.127, set/dez. 1986. Disponível em: <https://picture.iczhiku.com/resource/paper/whksjoUKOudfEbXb.pdf>. Acesso em: 22. set. 2023.

FISCHER, Tânia. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 278, out./dez.1984.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLICK, Uwe. **Métodos de pesquisa**: introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORTALEZA. Decreto nº 14.211, de 21 de maio de 2018. Disciplina as disposições da Lei Complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009, que instituiu o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza, relativas à regulamentação dos Conselhos Gestores das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS 1 e 2, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, de 22 de maio de 2018. Disponível em: <https://diariooficial.fortaleza.ce.gov.br/download-diario?objectId=workspace://SpacesStore/1c4be18b-bcc7-479d-b8b7-297b24c9c298;1.0&numero=16264>. Acesso em: 14 out. 2023.

FORTALEZA. Decreto nº 15.087, de 18 de agosto de 2021. Aprova o regulamento da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE). **Diário Oficial do Município**, 26 de agosto de 2021. Disponível em: https://planejamento.fortaleza.ce.gov.br/images/Gestao/Regulamentos/atualizados/2021_DC_n%C2%BA_15087_2021_-_Regulamento_SDE.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

FORTALEZA. Lei Complementar nº 62, de 02 de fevereiro de 2009. Institui o Plano Diretor Participativo do município de Fortaleza e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, de 13 de março de 2009. Disponível em: https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/catalogodeservico/pdp_com_alteracoes_da_lc_0108.pdf. 23 out. 2023.

FORTALEZA. Lei nº 11.322, de 20 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a instituição do Projeto Costurando o Futuro. **Diário Oficial do Município**, de 20 de dezembro de 2022. Disponível em: https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2022/13571/lei_11.322.pdf. teoria. Acesso em: 24 set. 2023.

FÓRUNS TERRITORIAIS DE FORTALEZA. **Geral**. 2023. Disponível em: <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/foruns-territoriais/forum/39/Siqueira>. Acesso em: 07 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12. ed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

Fundação Konrad Adenauer. **Participação cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004. chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://peobservacao.com.br/wp-content/uploads/2015/07/participacao-cidada.pdf.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

GIBSON, R.B. Beyond the pillars: sustainability assessment as a framework for effective integration of social, economic and ecological considerations in significant. **Rev. gest. sust. ambient.**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 79 - 96, jul./set. 2017. 95 decision-making. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v. 8, n. 3, p. 259-280, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Taynara Martins; BARROSO, Ana Flavia da Fonseca. A economia circular como alternativa à economia linear. *In: Anais do XI SIMPROD*, [S. l.], 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Casa da Mulher Brasileira celebra aniversário com oferta de serviços às mulheres cearenses**. 2023. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2023/01/27/casa-da-mulher-brasileira-celebra-aniversario-com-oferta-de-servicos-as-mulheres-cearenses/>. Acesso em: 01º out. 2023.

Grupo de Estudo: Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano - GPDU; Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS. **Diagnóstico Sócio Participativo – Grande Bom Jardim**. Fortaleza: 2004.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. **Avaliação de quarta geração**. Trad. Beth Honorato. Campinas: Unicamp, 2011.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. **Fourth generation evaluation**. London: Sage, 1989.

GUSSI, A. F.; OLIVEIRA, B. R. D. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, 2016. 83-101. Disponível em: http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_v_4_1_Gussi_Oliveira.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

HORLINGS, L.; MARSDEN, T. Rumo ao desenvolvimento espacial sustentável? Explorando as implicações da nova bioeconomia no setor agroalimentar e na inovação regional. **Sociologias**, [S. l.], ano 13, n. 27. p. 142-178, 2011.

Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil - IDSC-BR. **Perfis das cidades brasileiras**: detalhes para cada cidade nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2022. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles>. Acesso em: 3 set. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 14 out. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **O IBGE apoiando o combate à COVID-19**. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 14 out. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR. **Fortaleza em bairros**. Disponível: <https://mapas.fortaleza.ce.gov.br/fortaleza-em-bairros/dados-dos-bairros-de-fortaleza/Bom%20Jardim>. Acesso em: 09 nov. 2022.

Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR; Fundação de Apoio à Cultura, à Pesquisa e ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico - FUNDAÇÃO CETREDE; Universidade Federal do Ceará - UFC. **Plano Integrado de Regularização Fundiária da ZEIS Bom Jardim**. 2019. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=4777772e-7c93-4a29-be9b-19a3767fcdba>. Acesso em: 18 dez. 2023.

Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR; Fundação de Apoio à Cultura, à Pesquisa e ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico - Fundação CETREDE; Universidade Federal do Ceará - UFC. **Plano Integrado de Regularização Fundiária ZEIS Bom Jardim**: Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social. 2019. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id%3D8b37ffaf-3edb-476d-b54b-2b55d8d9278b&sa=D&source=docs&ust=1698675776230278&usg=AOvVaw1dpkeGQwJRClrd-MixOIL_. Acesso em: 16 out. 2023.

Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social - IMDS. **Mobilidade Social no Brasil**: uma análise da primeira geração de beneficiários do Programa Bolsa Família. 2023. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/artigo/mobilidade-social-no-brasil-uma-analise-da-primeira-geracao-de-beneficiarios-do-programa-bolsa-familia>. Acesso em: 14 out. 2023.

Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social - IMDS. **Mobilidade Social - indicadores**. 2023. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/indicadores>. Acesso em: 14 out. 2023.

Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social - IMDS. **Saída do CadÚnico e Território**. 2023. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/bolsa-familia/saida-do-cadunico-e-territorio>. Acesso em: 14 out. 2023.

INSTITUTO PROPAGUE. Sustentabilidade no sistema financeiro: tendências regulatórias e evolução do mercado. **Instituto Propague**, 2021. Disponível em: <https://institutopropague.org/financas-verdes/sustentabilidade-no-sistema-financeiro-tendencias-regulatorias-e-evolucao-do-mercado/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F. ESG: novo conceito para velhos problemas. **Cadernos EBAPE.BR**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 1-4, jul. 2022.

JACCOUD, Luciana de Barros; CARDOSO JR., José Celso. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 36, 2022. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228). Acesso em: 14 out. 2022.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: três valores em disputa na avaliação de políticas e programas sociais. **Desenvolvimento em debate**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 117-142, 2016.

KROST. **Stanford Social Innovation Review**. 2007. https://issuu.com/ssirbrasil/docs/ed_5_ssir_brasil_digital_pdf.io_

KÜSTER, Angela. **Experiências de participação na gestão do governo do Estado do Ceará 1995–1998**. Participação cidadã, p. 111-140, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Maria Ângela F.P. O espaço dividido nas cidades do século XXI. **Geosul**, [S. l.], v.26, n. 51, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2011v26n51p75>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LEMOS, P. **Economia Circular como fator de resiliência e competitividade na região de Lisboa e Vale do Tejo**: estudos para uma região RICA - resiliente, inteligente, circular e atractiva. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, 2018.

LOTTA, Gabriela Spanghero; VAZ, José Carlos. Arranjos institucionais de políticas públicas: aprendizados a partir de casos de arranjos institucionais complexos no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 66, n. 2, p. 171-194, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/409/698>. 23 out. 2023. Acesso em: 24 out. 2023.

MACHADO, E. G.; QUEIROZ PEREIRA, A. Periferias urbanas, redes locais e movimentos sociais em Fortaleza, Ceará. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 40, n. 01, p. 1–27, 2020. DOI: 10.5216/bgg.v40i01.62358. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/62358>. Acesso em: 23 out. 2023.

MACHADO, Eduardo Gomes *et al.* (org.). **Mapa participativo de enfretamento à fome do Grande Bom Jardim**: síntese diagnóstica e proposições. 2022. Disponível em: <https://cdvhs.org.br/wp-content/uploads/2022/09/SINTESE-DIAGNOSTICA-PESQUISA-MAPA-DA-FOME-GBJ.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MACHADO, Eduardo Gomes; FAUSTINO, Anna Erika Rocha. **Perfil da rede de desenvolvimento local, integrado e sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ)**. Relatório de Pesquisa. Fortaleza: Rede de Desenvolvimento Local e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS), 2018.

MAGNANI, J. G. C.. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 11–29, jun. 2002.

MALHOTRA, N.; ROCHA, I.; LAUDISIO, M.C. **Introdução à Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. *In*: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (org.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: eduel, 2003.

MATOS, K. S.; VIEIRA, S. L. **Pesquisa educacional**: o prazer de conhecer. Brasília: Plano, 2001.

McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Trad. Marco A. E. da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MCKINSEY & COMPANY. **Fashion On Climate**: how the fashion industry can urgently act to reduce its greenhouse gas emissions. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/~/media/mckinsey/industries/retail/our%20insights/fashion%20on%20climate/fashion-on-climate-full-report.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. *In*: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999.

MENDES, J. T. G. (orgs.). **Reflexões sobre desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MINAYO, Maria Cecília S.; SOUZA E. R. **É possível prevenir a violência?** Reflexões a partir do campo da saúde pública. Ciência e Saúde Coletiva, 1999.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. **Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/painel-de-indicadores-2/autonomia-economica-e-igualdade-no-mundo-do-trabalho>. Acesso em: 14 out. 2023.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. **Economia criativa | 4º trimestre de 2022**: análise do mercado de trabalho da economia criativa. 2023. Disponível: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/publicacoes/boletins/economia-criativa-4o-trimestre-de-2022-analise-do-mercado-de-trabalho-da-economia-criativa>. Acesso em: 03 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, 2015.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. 2007. 191f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2007.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Tradução Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. **Banco do Vestuário**. 2023. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/desenvolvimento-economico/banco-do-vestuario>. Acesso em: 03 nov. 2023.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Costurando o Futuro**. 2023. Disponível em: <https://costurandofuturo.sde.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 14 out. 2023.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Relatório do Plano Fortaleza 2040: 2017–2020**. Fortaleza: IPLANFOR, 2020.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Secretaria Regional 5**. 2023. Disponível: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-319>. Acesso em: 27 out. 2023.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **URBFor - Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza**. 2023. <https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-353>. Acesso em: 03 nov. 2023.

PROGRAMA DO RUBÃO. **Vicente Pinzon**: Prefeitura de Fortaleza entrega 10º ateliê do Projeto Costurando o Futuro. Disponível em: <https://www.programadorubao.com.br/vicente-pinzon-prefeitura-de-fortaleza-entrega-10o-atelie-do-projeto-costurando-o-futuro/>. Acesso em: 30 set. 2023.

PUCKER, Ken. Um círculo que não se fecha facilmente. **Stanford Social Innovation Review Brasil**, São Paulo, vol. 2, n. 5, set. 2023. Disponível em: https://issuu.com/ssirbrasil/docs/ed_5_ssir_brasil_digital_pdf.io_. Acesso em: 28 out. 2023.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliacao de Politicas Publicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008.

RODRIGUES, R. H. P.; ALMEIDA, P. C.A Contribuição das associações na inclusão produtiva e social dos catadores de materiais recicláveis do município de Fortaleza. **Revista do Mestrado Profissional em Planejamento em Políticas Públicas**, [S. l.], v.1, p.155-2002, 2013.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. *In*: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (org). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Tradução: Sergio Buth. Brasília: UNB, 2000.

SACHS, Ignacy. **À la Recherche de Nouvelles Stratégies de Developpement Enjeux du Sommet Social**. Paris: UNESCO, 1995.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. *In*: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 18, n. 51, p. 23-49, maio 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Marlon Cavalcante; SILVA, José Borzacchiello da. A dinâmica dos circuitos da economia urbana na indústria de confecção em Fortaleza, Ceará. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 237-246, July 2015. ISSN 2178-0463. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/426>. Acesso em: 24 out. 2023.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. ALVES, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social, Portal do Sergipe. Disponível em: <http://www.se.gov.br/index/leitura/id/1263/>. Acesso em: 29 jun. 2013.

Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará - SDE CE. **Canal Desenvolvimento Econômico**. 2022. Disponível em: <https://desenvolvimentoeconomico.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso: 01 set. 2023.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SDE. **Desenvolvimento humano, por bairro, em Fortaleza**. [s/d]. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=22ef6ea5-8cd2-4f96-ad3c-8e0fd2c39c98>. Acesso em: 27 out. 2023.

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - SDE; Federação das Associações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - FEMICRO-CE. **Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Confecção do Município de Fortaleza**. 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1xfKCOts7lCoReHawWrDPdynzDc46f1E7/view>.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. **Conheça a economia solidária, que incentiva produção socialmente justa**. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-a-economia-solidaria-que-incentiva-producao-socialmente-justa,2a47bc9ee5826810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 14 out. 2023.

SILVA, C. L. Desenvolvimento Sustentável. Um conceito Multidisciplinar. *In*: SILVA, C. L.; SILVA, M. O. da S. Avaliação de políticas públicas: teorias e práticas. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 11-13, 2014. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2524>. Acesso em: 14 out. 2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Editorial. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Vol. 17, núm. 1, enero-junio, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321131081001.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDITÊXTIL-SP. **Retalho Fashion: inclusão social e preservação ambiental por meio da reciclagem de resíduos têxteis**. São Paulo: SINDITÊXTIL/SP, 2013.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDITÊXTIL-SP. **Retalho Fashion: projeto de reciclagem une meio ambiente e inclusão social**. Ano VII, n. 25, julho de 2012.

SISINNO, Cristina Lúcia Silveira; RIZZO, Andrea Camardella de Lima; SANTOS, Ronaldo Luiz Correa dos. **Ecoeficiência aplicada à redução da geração de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2011. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/577/1/sed-79.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

SOUZA, André de Mello e. A Governança Global da Cooperação para o Desenvolvimento e a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030. **Boletim de Economia e Política Internacional - BEPI**, [S. l.], n. 25, Maio/Ago. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9797/1/BEPI_n25_Governanca.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?for#>. Acesso em: 05 nov. 2023.

TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Campinas: Armazém do Ipê, 2008.
TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization 2021. **Creative cities network**. Disponível em: <https://en.unesco.org/creative-cities/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

United Nations Development Programme - UNDP; United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women - UN-WOMEN. **The paths to equal**: Twin indices on women's empowerment and gender equality. 2023. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/paths-equal>. Acesso em: 28 set. 2023.

VEIGA, J. E. d. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 24, n. 68, p. 39-52, 2010.

VERFALLE, H.A.; BIDWELL, R. **Measuring eco-efficiency**: a guide to Reporting company performance. 2000. Disponível em: <https://www.gdrc.org/sustbiz/measuring.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

VIDAL, M.F. Cajucultura nordestina continua em declínio. **Caderno Setorial ETENE**, [S. l.], a. 2, n. 22, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZONAS ESPECIAIS FORTALEZA. **Sobre as ZEIS Prioritárias**. 2023. Disponível em: <https://zonasespeciais.fortaleza.ce.gov.br/sobre>. Acesso em: 25 out. 2023.

ZONAS ESPECIAIS FORTALEZA. **ZEIS Bom Jardim**. Disponível em: <https://zonasespeciais.fortaleza.ce.gov.br/zeis-prioritaria/bom-jardim>. Acesso em: 25 out. 2023.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA

Metadados e orientações

Nome do(a) entrevistado(a): _____

Data: ____/____/2022 Local da Entrevista: _____

Duração: _____ Mídia de gravação: _____

Início:

Agradecer pela disponibilidade em atender ao convite da pesquisadora.

Apresentar-se rapidamente dando um breve resumo sobre a pesquisa.

Apresentar, resumidamente, os objetivos da coleta de dados.

Esclarecer as informações contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE para a entrevista (o aceite pela sinalização do item, no documento on-line).

Preparação:

Preparar o instrumento para a gravação.

Preparar instrumentos de registros (caderno, caneta, etc.)

Informar que irá iniciar a gravação.

Explicar qual o tipo de entrevista (entrevista semiestruturada).

QUESTÕES DA ENTREVISTA:

A - PERFIL DO ENTREVISTADO

1 Gênero:

() Masculino () Feminino () Outro.

Qual? _____

() Prefiro não dizer.

2 Faixa Etária:

() Até 19 anos () 25 – 29 anos () 35 – 39 anos () 45 – 49 anos

() 20 – 24 anos () 30 – 34 anos () 40 – 44 anos () Acima de 50 anos

3 Estado Civil

() Amasiado(a) () Casado(a) () Divorciado(a) () Separado(a)

() Solteiro(a) () Viúvo(a) () Não Declarado

4 Situação Ocupacional

() Aposentado () Autônomo () Desempregado () Em busca do 1º Emprego

() Empregado () Empresário () Estagiário () Estudante () Jovem Aprendiz

() Profissional Liberal () Terceirizado () Outro () Não Declarado

5 Bairro:

() _____

6 Há quanto tempo mora no Bom Jardim?

- Há menos de 1 ano Entre 5 e 9 anos Entre 15 e 19 anos
 Entre 1 e 4 anos Entre 10 e 14 anos Há mais de 20 anos

7 Moradia:

- Aluguel Casa Própria De favor Ocupação Assentamento
 Não Declarado

8 Nível de escolaridade:

- Fundamental Médio Técnico
 Graduação Graduação em andamento

Curso: _____

- Especialização Especialização em andamento
 Mestrado Mestrado em andamento

Área: _____

- Doutorado Doutorado em andamento

Área: _____

9 O que produziu no ateliê conseguiu vender?

- Sim Não

10 Encontrou no ateliê algum resíduo que não conseguiu reutilizar? Se sim, por qual motivo?

- Sim Não

11 Você usou o resíduo têxtil (retalho) disponibilizado no ateliê para produzir seu produto?

- Sim Não

12 Qual média de preço conseguiu vender?

- R\$ 1,00 - R\$ 10,00 R\$ 10,00 - R\$ 100,00 R\$ 100,00 - R\$ 500,00
 R\$ 500,00 - R\$ 1.000,00

13 Fale-me sobre sua experiência no Ateliê Bom Jardim quanto ao uso de resíduos têxteis.**14 Quais mudanças você tem experimentado após o uso do Ateliê no seu bairro.****15 Você considera que sua renda alterou após a venda dos produtos criados no Ateliê?****Considerações finais:**

Perguntar ao entrevistado se há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação aos assuntos abordados durante a entrevista.

Perguntar se o entrevistado ficou com alguma dúvida.

Finalização e agradecimento:

Agradecer a disponibilidade do entrevistado em fornecer informações.
Salientar que os resultados da pesquisa estarão à disposição.
Deixar o contato para qualquer dúvida.

**APÊNDICE B – PROPOSTA DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PARA AS BENEFICIÁRIAS DO PROJETO COSTURANDO O FUTURO

Prezada beneficiária,

Estamos realizando uma pesquisa intitulada Xxxxxxxx. A referida investigação objetiva compreender, na perspectiva das costureiras, como se constitui a inclusão produtiva dentro dos Ateliês do Projeto Costurando o Futuro.

A realização desta pesquisa poderá contribuir para a consolidação de um importante agrupamento informativo no âmbito acadêmico, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nas Instituições de Educação Superior, entre gestores de políticas públicas que trabalham com inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável.

Para atingir o nosso objetivo, a pesquisa incluirá, em sua metodologia, a escuta de pessoas a partir de 18 anos, especialmente, costureiras e costureiros, que serão estimulados a narrar suas histórias de vida, por meio de entrevistas individuais. Além disso, serão realizadas visitas aos Ateliês de Costura, com registro em diário de campo e fotos nos espaços colaborativos. Os usuários que atuam nas salas de costura responderão, ainda, a um questionário para obtenção de informações relativas à formação, experiências pessoais e profissionais.

Com essas informações, gostaríamos de solicitar a sua autorização para que possamos realizar as observações, fotos e também a sua participação nos momentos de entrevistas. Caso aceite, por gentileza, assine esse documento que possui duas vias: uma ficará com a senhora e a outra com as pesquisadoras.

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFC encontra-se disponível para reclamações pertinentes à pesquisa pelo telefone (85) 33668344.

Fortaleza, ____ de _____ de 2023.

Nome da professora: Verônica Salgueiro do Nascimento

Assinatura da professora: _____